

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

**ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA CÂMPUS PRADO VELHO
CURSO DE MESTRADO EM BIOÉTICA**

NIVALDO DOS SANTOS ARRUDA

ANCESTRALIDADE E BIOÉTICA NA VIVÊNCIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

**CURITIBA
2020**

NIVALDO DOS SANTOS ARRUDA

ANCESTRALIDADE E BIOÉTICA NA VIVÊNCIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Bioética. Área de concentração: Bioética, da Escola de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Bioética.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches

CURITIBA

2020

O autor é Pós graduado em Políticas Públicas no Brasil, Especialista em História e Cultura Africana e Afro Brasileira pela Universidade Tuiuti do Paraná-UTP. Graduado em Filosofia, pela Faculdade Padre João Bagozzi. Membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial do Paraná-FPEDER/PR. Diretor Fundador da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastorais Negros-ACNAP. Atualmente é Professor autônomo, atuando na formação de professores da Rede Pública Municipal e Estadual de Educação para o ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana, em cumprimento à Lei 10.639/03 e 11.645/08. Assessor de Formação Continuada do CJCias-Unisinos/CEPAT (2014-2018). Pesquisador das Relações Étnico raciais e Políticas Afirmativas no Brasil. (<http://lattes.cnpq.br/2552979296950745>)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOÉTICA

DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº01/2021
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Bioética

Em sessão pública às catorze horas do dia 28 de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, via online link <https://zoom.us/j/94039692670?pwd=TWZCRmdHb0l4TWlrMzlleGFxVVFyQT09> realizou-se a sessão pública de Defesa da Dissertação **Ancestralidade e Bioética na Vivência de Fátima Oliveira** apresentada pelo aluno **Nivaldo dos Santos Arruda** sob orientação do Professor Doutor Mário Antonio Sanches como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Bioética**, perante uma Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Doutor Mário Antonio Sanches
Presidente (PUCPR)

Professora Doutora Caroline Filla Rosaneli
Membro interno (PUCPR)

Professor Doutor Ivo Pereira Queiroz
Membro externo (UTFPR)

Professora Doutora Leide da Conceição Sanches
Suplente

Início: 14h05m Término: 16h10m.

Conforme as normas regimentais do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná o trabalho apresentado foi considerado APROVADO.

O aluno está ciente que a homologação deste resultado está condicionado (a): (I) ao cumprimento integral das solicitações da Banca Examinadora, que determina um prazo de 60 dias para o cumprimento dos requisitos; (II) entrega da dissertação em conformidade com as normas especificadas no Regulamento do PPGB/PUCPR; (III) entrega de documentação necessária para elaboração do Diploma.

Aluno: **Nivaldo dos Santos Arruda**

Professor Doutor Mario Antonio Sanches
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Bioética

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

A779a Arruda, Nivaldo dos Santos
2020 Ancestralidade e bioética na vivência de Fátima Oliveira / Nivaldo dos Santos Arruda ; coorientador: Mário Antônio Sanches. – 2020.
92 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2020
Bibliografia: f. 88-92

1. Bioética. 2. Hereditariedade. 3. Negros - Saúde. 4. Oliveira, Fátima.
I. Sanches, Mário Antônio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Pós-Graduação em Bioética. III. Título.

CDD 20. ed. – 174.9574

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sopro infinito da vida. A meus pais Leonardo Arruda e Lucidia G. dos Santos (in memorian), pela herança ancestral e por mostrar o caminho da honestidade e da dignidade.

A Maria Cândida, minha esposa, pela compreensão e parceria. A Mílvia, Milviane, Ana Paula, Dandara e Matheus Leonardo, minhas Filhas e neto; Franciele, Dielley e Lucas, filhas e neto agregados pela parceria e paciência da minha ausência.

Ao Professor Dr. Mario Antônio Sanches-PUCPR, pela generosa e competente orientação, pelo respeito a nossa caminhada na militância e plena liberdade intelectual.

Ao Professor Dr. Ivo Pereira de Queiroz-UTFPR, pelas longas conversas na co-orientação;

A Professora Dra. Carolina Filla Rosaneli-PUCPR, pela valorosa participação e contribuição na banca de qualificação e defesa.

Aos meus amigos/irmãos e amigas/irmãs de travessia, pelos anos de construção no Movimento Negro; a todos os professores e professoras de cada disciplina do Curso e aos meus e minhas colegas de curso pela amizade e companheirismo.

GRATIDÃO.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado reúne esforços para a produção de reflexões atinentes aos estudos da médica bioeticista Fátima Oliveira com ênfase na ancestralidade e bioética. Considerando as inquietações dessa mulher feminista a respeito das demandas sanitárias do povo negro no Brasil, tomamos por base as argumentações que elaborou para uma intervenção consistente no âmbito da bioética, para responder ao seguinte problema: em que medida haveria uma afirmação da ancestralidade africana na escrita e na práxis bioética de Fátima Oliveira? Desse modo, o objetivo geral desta dissertação, em sintonia com o problema enunciado consiste em: argumentar que haveria uma afirmação da ancestralidade africana na escrita, na práxis ancestral e bioética de Fátima Oliveira. Para tanto, a estrutura do trabalho está dividida em três partes. Na primeira parte consta a introdução, onde se contextualiza os motivos que nos levaram a escolha do tema e ao desenvolvimento do estudo, nossa caminhada até a personagem cuja vida e obra nos incentivaram a realização da pesquisa. Apresenta-se o problema, o objetivo geral e a partir deste três objetivos específicos, a justificativa e metodologia. Na segunda etapa, aborda-se as questões teóricas relevantes para o estudo em questão: a bioética, o racismo e ancestralidade. Na última parte, trata-se das questões relacionadas com Fátima Oliveira, sua vida, obra e relação com a bioética e a saúde da população negra. O resultado da pesquisa aponta para Fátima Oliveira como uma bioeticista consciente e engajada, de modo que sua atuação como médica e bioeticista são inseparáveis. Quanto a questão da relação da autora com a ancestralidade há elementos suficientes para se afirmar que a sua vivência pode ser compreendida a partir do que pode ser entendido como ancestralidade, embora ela raramente usasse esse termo. A vivência da ancestralidade em Fátima Oliveira se dá pela sua identidade assumida como militante mulher, negra e por atuação em prol da saúde da população negra.

Palavras-chave: Ancestralidade. Bioética. Fátima Oliveira. Saúde da população negra.

ABSTRACT

This master's dissertation brings together efforts to produce reflections related to the studies of the bioethicist doctor Fátima Oliveira with an emphasis on ancestry and bioethics. Considering the concerns of this woman, a feminist regarding the health demands of the black people, in Brazil, they based their arguments for a consistent intervention in the field of bioethics, to answer the following problem: to what extent there would be an affirmation of African ancestry in the writing and bioethical praxis of Fátima Oliveira? Thus, the general objective of this dissertation, in line with the stated problem, consists of: arguing that there would be an affirmation of African ancestry in writing and in the ancestral and bioethical praxis of Fátima Oliveira. Therefore, the structure of the work is divided into three parts. In the first part there is the introduction, where the reason that led us to choose the theme and the development of the study are contextualized, our journey to the character whose life and work encouraged us to carry out the research. The problem, the general objective is presented and from this, three specific objectives, the justify and methodology. The second stage addresses the theoretical issues relevant to the study in question: bioethics, racism and ancestry. The last part deals with issues related to Fátima Oliveira, his life, work and relationship with bioethics and the health of the black population. The result of the research points to Fátima Oliveira as a conscious and engaged bioethicist, so that her performance as a doctor and bioethicist are inseparable. As for the question of the author's relationship with ancestry, there are sufficient elements to affirm that her experience how can be understood as ancestry, although she rarely used this term. The experience of ancestry in Fátima Oliveira is given by her identity as a militant woman and black woman and by acting in favor of the health of the black population.

Keywords: Ancestry. Bioethics. Fátima Oliveira. Health of the black population.

LISTA DE ABREVIATURA

ACNAP	Associação Cultural de Negritude e Ação Popular
CCR	Comissão de Cidadania e Reprodução
CSHL	Cold Spring Harbor Laboratory
CEPAT	Centro de Formação de Agentes de Transformação
CEMMPR	Comitê Estadual de Morte Materna do Paraná
JOC	Juventude Operária Católica
NTRc	Novas tecnologias reprodutivas conceptivas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OP	Ocupação preta
PAF	Programa de Anemia Falciforme
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido democrático Trabalhista
PGH	Projeto Genoma Humano
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
RSMLAC	Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe
SBB	Sociedade de Bioética Brasileira.
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SUS	Sistema Único de Saúde
QI	Quociente Intelectual
MS	Ministério da Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução.....	11
I - Caminhada pessoal até Fátima Oliveira.....	14
II - Justificativa da pesquisa.....	15
III - Procedimentos metodológicos.....	16
CAPÍTULO 1: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	19
1.1 Contexto e abrangência da Bioética.....	20
1.1.1 O surgimento da Bioética.....	20
1.1.2 Abrangência atual da Bioética.....	22
1.1.3 Exclusão e vulnerabilidade em bioética.....	27
1.2 A questão do racismo.....	29
1.2.1 A bioética e a antropologia física.....	30
1.2.2 Raça e Racismo nos Registros Históricos.....	33
1.2.3 A Racialização humana e o Racismo	34
1.3 Raça e racismo e o impacto na contemporaneidade.....	35
1.3.1 Raça e racismo na biociência	39
1.3.2 Racismo antinegro na vida brasileira e no contexto bioético.....	41
1.3.3 Branquitude e branquidade e o não lugar do branco	44
1.3.4 Genocídio da população negra.....	46
1.4 Ancestralidade como identidade do povo negro.....	50
1.4.1 Testemunho de Hampaté Bâ.....	50
1.4.2 Ancestralidade nas comunidades africanas.....	54
1.3.3 Ancestralidade afrodiaspórica no Brasil.....	55
1.4.1 Ancestralidade teorizada.....	57
1.4.2 Ancestralidade Viva de Fátima Oliveira.....	60
CAPÍTULO 2: A VIVÊNCIA E MILITÂNCIA DE FÁTIMA OLIVEIRA.....	63
2.1 O Itinerário de Fátima Oliveira.....	63
2.2.1 Breve perfil de Fátima de Oliveira.....	63
2.2.2 O Pioneirismo de Fátima Oliveira.....	68
2.2.3 Fátima Oliveira como médica e bioeticista.....	70
2.3 Fátima Oliveira bioeticista.....	71
2.3.1 Prática Médica de Fátima Oliveira e a Saúde da População Negra...80	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado reúne os esforços para a produção de reflexões atinentes aos estudos da médica bioeticista Fátima Oliveira¹ (1953-2017) sobre patologias recorrentes da população negra. Considera-se as inquietações dessa mulher a respeito das demandas sanitárias, de saúde pública no Brasil e as argumentações que elaborou para uma intervenção consistente no âmbito da bioética, das novas tecnologias e genética.

Neste sentido, o esforço analítico da pesquisa concentra-se no período compreendido entre 1990, quando Fátima Oliveira inicia suas experiências e pesquisas após mudar-se para Minas Gerais, onde foi trabalhar no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Belo Horizonte-UFBH até 2017, ano de sua morte. Ao delimitarmos o período do nosso estudo, o faremos numa perspectiva de contemplar as primeiras ações e envolvimento da autora com seus estudos voltados aos direitos reprodutivos da mulher negra, o acesso aos meios de manutenção da saúde, o programa de atendimento e saúde pública, com foco também a grupos de maior vulnerabilidade social, cuja incidência maior está na diáspora negra brasileira.

De forma que, para início de nossas reflexões, usamos textos produzidos pela autora expressando suas inquietações relacionadas ao tema que se reportava aos contextos daquele período em consonância com o momento do surgimento da bioética. E, para melhor explicitarmos as nossas análises, procuramos dialogar com autores cujas publicações posteriores reverberaram às levantadas por Oliveira.

A preocupação com a sobrevivência da humanidade neste planeta levou Potter (2014) a enfatizar a necessidade da disseminação da bioética em todos os setores da sociedade, como um amplo movimento de conscientização e cuidado. É neste contexto que se situa a obra de Oliveira, uma bioeticista ciente que o povo negro brasileiro vivencia, desde os primórdios da edificação do Brasil situações geradas por políticas de exclusão e extermínio de sua existência. Com efeito, a

¹ Médica e escritora, uma das 52 brasileiras indicadas ao Nobel da Paz 2005. Autora de 8 livros e inúmeros artigos publicados. Articulista do jornal O Tempo, BH, MG, e do Portal Mhário Lincoln do Brasil disponível em < <https://bit.ly/3vdF37W> > acesso em 22/05/2020.

configuração da civilização brasileira se deu na justa medida em que as formas de vida de nativos da terra e africanos sequestrados em África, passaram a ser esgarçadas pela ação violenta do período colonial, que culminou no estado brasileiro.

O longo período de duração do criminoso processo escravista, no Brasil, foi marcado pelo tráfico de milhões de pessoas arrancadas de suas terras e comunidades africanas, pela dimensão continental da exploração da força do trabalho de mão de obra escravizada e a violência sistemática de controle político e imposições culturais, para garantir o sucesso da exploração econômica da terra e da gente negra.

Desde então o legado negativo daquele passado marcou e perdura, ainda hoje, nas gerações de negros (as) da diáspora brasileira, herdeiros (as) dos arquivos negativos daquele passado. Questionada pela comunidade negra internacional, a ONU, finalmente, reconheceu e declarou que o tráfico transatlântico, a escravidão moderna e o genocídio foram e são crimes contra a humanidade (Durban, 2001)².

Ora, consoante a essas premissas, e em que pese o longo processo de extermínio de vidas da gente negra no Brasil, é importante frisar que as estatísticas apontam o país com a maior população negra do mundo fora de África, constituindo 56,1 % total da população auto declarada pretos e pardos no Brasil³.

Contudo, o movimento negro brasileiro e a representação negra nos parlamentos, ainda que minoria absoluta, diuturnamente denunciam as precárias condições de vida impostas a essa população e o continuado processo de extermínio pela ação de agentes do Estado. Um dos temas que preocupa as lideranças do povo negro brasileiro recai precisamente sobre o campo da saúde,

² A Fundação Cultural Palmares, na época único órgão governamental constituído por Lei para fazer valer os direitos da população negra brasileira e responder pela preservação, difusão e valorização da cultura e da religiosidade afro-brasileira, respondeu pela execução do projeto que preparou a participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. A FCP/MinC respondeu pela presença da delegação brasileira em Durban, onde atuou como instituição mediadora entre países africanos e europeus. Representante do Estado Brasileiro, a Fundação Cultural Palmares aceitou consensualmente o texto que classifica a escravidão e o tráfico de seres humanos, como crimes contra a humanidade, sendo as principais causas do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, que nos trazem grandes consequências, até os dias atuais. Disponível em < <https://bit.ly/3xesA5A> > acesso em 29/10/2020.

³ Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD-C de 2012 a 2018, divulgados Dados disponíveis em < <https://bit.ly/2ROeQOE> > acesso em 29/10/2020.

motivo este que nos leva desenvolver este estudo baseado nos referenciais de Fátima Oliveira.

Diante do exposto, esta dissertação propõe-se discutir o seguinte problema: em que medida haveria uma afirmação da ancestralidade africana na escrita e na práxis bioética de Fátima Oliveira?

O objetivo geral desta dissertação, em sintonia com o problema enunciado, consiste em: *situar a bioética e a ancestralidade africana na vivência de Fátima Oliveira.*

Para o cumprimento do objetivo geral, a dissertação deverá atingir três objetivos específicos, a saber:

- 1) reconhecer a dimensão da ancestralidade africana na práxis bioética de Fátima Oliveira.
- 2) identificar a inquietação de Fátima Oliveira com o problema da saúde da população negra; e
- 3) discutir o pioneirismo de Fátima Oliveira nos estudos da bioética no Brasil.

Para tanto, este trabalho é composto de três partes. Nesta primeira parte da introdução se contextualiza os motivos que nos levaram a escolha do tema e ao desenvolvimento do estudo, nossa caminhada até a personalidade cuja vida e obra nos incentivaram a realização da pesquisa. Apresenta-se o problema, o objetivo geral e a partir deste, três objetivos específicos.

Na segunda parte apresentam-se os pressupostos teóricos do tema abordado, com uma rápida contextualização da Bioética, a questão do racismo, pano de fundo de toda esta dissertação e da caminhada dos pesquisadores e do tema da ancestralidade, como uma nova consciência da identidade da população negra no Brasil.

Na terceira parte, mais vinculada com a pessoa estudada na dissertação, apresenta-se o histórico da vida e obra de Fátima Oliveira e os caminhos que percorreu visando proposições e soluções, a partir da sua práxis ancestral e bioética para o desenvolvimento de programas na saúde pública com suporte das novas tecnologias reprodutivas em prol da saúde da população e da mulher negra. Trabalha-se a prática médica voltada para a saúde da população negra, pautada não só no conhecimento biológico humano, como sugere a chamada, mas com a

especificidade que o tema exige. Discute-se o envolvimento e comprometimento de Fátima Oliveira com a saúde da população e da mulher negra.

I - Caminhada pessoal até Fátima Oliveira

Aqui apresentamos alguns fatores da caminhada pessoal que motivaram o desenvolvimento deste estudo. Sempre me identifiquei como um pesquisador, como um militante, inserido em uma caminhada coletiva do movimento negro. Somos críticos em uma sociedade que em toda nossa trajetória de vida tentou delimitar os espaços que podíamos circular ou o nosso não lugar nela, mas teimamos em dizermos militantes. Pois, como afirma Carlos Moore, “não tenho medo da palavra militante, porque a militância para mim é algo honroso. Ou seja: para nós, militar não é ficar em uma “torre de babel”, pairando acima da sociedade, mas estar dentro dela no enfrentamento dos problemas sociais⁴” (MOORE, 2016, p. 3).

E foi, portanto, no seio do Movimento Negro Brasileiro⁵ a partir das atividades que desenvolvíamos na Ong Associação Cultural de Negritude e Ação Popular dos Agentes de Pastorais Negros-ACNAP, que firmamos parceria com o Centro de Formação de Agentes de Transformação-CEPAT e a Universidade do Rio dos Sinos-Unisinos para pesquisar, desenvolver e coordenar um projeto denominado Negritude, Branquitude e Novos Olhares (projeto desenvolvido de 2013 a 2018), numa perspectiva de levarmos formação às professoras (es), estudantes e ativistas negros.

No decorrer do projeto, em 2017, buscávamos informações sobre política pública para a população negra no Brasil, quanto ao acesso à saúde. Na busca destes dados, pesquisando na rede de internet conseguimos através da Ong

⁴ Entrevista concedida à (Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 4, n. 1, 2016 | 241).

⁵ Entende-se por Movimento Negro contemporâneo grupos e organizações que, no país desenvolvem a luta de combate ao racismo desde os primórdios da década de 1970. Tomou-se esse período como ponto de partida por ele determinar o marco da reinserção do Movimento Negro no cenário político ao apontar as relações raciais como um dos principais aspectos das contradições existentes entre a sociedade e o Estado Brasileiro - Flavio Jorge Rodrigues da Silva-Membro da Soweto Organização Negra e da Executiva da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen)-in Significado do protesto negro-1ª Edição, S. Paulo-2017.

Geledés-Instituto da Mulher Negra⁶, informações preliminares da médica maranhense Fátima Oliveira que possibilitaram traçar seu perfil acadêmico, profissional e de ativista das causas sociais e feminista. E foi, portanto, através do Geledés-Instituto da Mulher Negra que fomos apresentados ao trabalho e a obra de Fátima Oliveira e, desde então, ela se tornou nossa “melhor amiga morta”⁷ com quem passamos a dialogar diuturnamente sobre o tema.

Nesse contexto, constatamos que a médica Fátima Oliveira, prestou relevante contribuição aos estudos sobre bioética, saúde da população negra e, por meio dos livros e demais textos que escreveu e através de testemunhos de pessoas com quem conviveu, foi possível ter uma ideia consistente da extensão e profundidade da intervenção ancestral e bioética de Oliveira. Sua obra e sua vivência se situam no enfrentamento ao racismo antinegro no contexto médico, através da sua atuação na área social em prol do desenvolvimento de programas de saúde pública que envolvem a população negra e, mais especificamente, nas novas tecnologias de reprodução humana e saúde da mulher negra.

II - Justificativa da pesquisa

Nesse sentido, se justifica trazer para academia estudos que visem o desenvolvimento de conhecimentos que possibilitem a aproximação dos valores e simbologias da ancestralidade africana da práxis de Fátima Oliveira e a abrangência interdisciplinar da bioética quanto à intervenção e cuidados das patologias comuns e específicas da população negra.

Do ponto de vista pessoal, o êxito da proposta representa um movimento de retomada de Fátima Oliveira com seus valores ancestrais para a bioética atual, bem como uma reflexão sobre a resistência negra às mazelas da escravidão criminosa e o legado negativo dela no tocante à formação intelectual da gente negra na academia brasileira.

⁶ **Geledés - Instituto da Mulher Negra** é uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo, tendo como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade que afeta indivíduos com essas características, disponível em < <https://bit.ly/3eqXpLS> > acesso em 10/12/2019.

⁷ Expressão usada in GLOCAL “Jesus e Kierkegaard: Diálogo com Ricardo Quadros” nos 47’ vídeo-disponível em < <https://bit.ly/2Qnpnjq> > acesso em 08/01/2020.

Muito mais do que uma conquista pessoal, esperamos oferecer à juventude negra, referenciais e testemunhos de uma autora que dedicou sua vida como prova de que nunca é tarde para alcançar a ciência, tampouco impossível fazer das realizações ancestrais africanas contribuições na medicina, com diferentes olhares para a saúde do planeta e para a sobrevivência humana.

A pesquisa poderá ainda contribuir para a diversidade conceitual nos estudos e relações entre ancestralidade e bioética, pois, em que pese à seriedade de atores e grupos de pesquisa em bioética, cresce o reconhecimento do racismo epistêmico como marca habitual da cena universitária brasileira. Com isso, o sucesso da pesquisa sobre uma bioética antirracista com foco nos valores ancestrais da diáspora negra africana no Brasil, se justifica e reafirma a riqueza do diálogo ancestral entre as culturas diversas rumo à bioética global e seu desiderato de somar esforços para a sobrevivência da humanidade, em direção ao “terceiro milênio habitável” (POTTER; WHITEHOUSE, 2018, p. 20).

III - Procedimentos metodológicos

O estudo segue uma abordagem comparativa e sintética por meio de processos analítico-dedutivos para compreensão e explicação dos temas, conceitos e teorias concernentes ao problema em tela. Nesse sentido, a coleta de dados se deu através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando livros, textos dissertativos e teses, websites, fonogramas e vídeos.

Aborda-se o conceito da bioética enquanto disciplina relacionando com o conceito da ancestralidade para se conhecer os valores da tradição cultural africana, relacionando-a com o corpo e o modo de ser e viver do povo negro. O estudo é direcionado para reprodução biológica humana, com foco na especificidade da saúde da mulher negra e em algumas patologias com incidência na população negra, através das novas tecnologias no campo da genética, biociências com as práxis ancestrais e bioética vivenciadas por Fátima Oliveira. De forma que a execução do trabalho processa-se a partir de estudos anteriores, dentre os quais, preliminarmente, foram indicadas(os) autoras(es) e as obras conforme os comentários elencados.

Ainda no tocante a ancestralidade, buscamos nos estudos de Amadou Hamapaté Bâ⁸ (2010), análise dos valores da tradição viva africana quando se refere à linguagem oral, que segundo o autor, sem o conhecimento deste princípio cultural africano, nenhuma tentativa de penetrar a história e no espírito do povo africano terá validade, a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos ao longo dos tempos.

Embora complexa, a estrutura do racismo brasileiro precisa ser abordada neste estudo de forma que, como revisão de literatura, cabe um duplo exercício a saber: primeiro, busca-se nas argumentações de Kabengele Munanga em *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*; palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-Rio de Janeiro, 2003; Munanga em sua narrativa aborda o racismo na sociedade brasileira como sendo o resultado de um processo da racialização humana. No segundo exercício, aborda-se a leitura de Carlos Moore: *Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*-2ª edição-Belo Horizonte: Nandyala, 2002. A obra de Carlos Moore evoca a experiência concreta de resistência ao racismo, ou seja, a necessidade de compreensão de suas estruturas e importância a partir da contextualização de suas ocorrências, herança do nefasto processo do criminoso escravismo brasileiro. Ora, neste aspecto, a obra de Moore pode ser tomada como aliada imprescindível. Pode-se afirmar que a obra foi concebida para se opor à perspectiva culturalista de Gilberto Freyre(1933) e seguidores.

Pontua-se ainda, debater com um olhar crítico as biotecnologias de procriação contemporâneas, conceptivas e anticonceptivas, como práticas medicalizadas de “última geração” repletas de conflitos científicos, sociais, jurídicos, políticos e éticos que evidenciam questões bioéticas diversas. Constituiriam dois campos opostos do biopoder⁹, o primeiro diz respeito à criação de uma medicina de Estado e de uma polícia médica. Ambas respondem à

⁸ HAMPATÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. In História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editada por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev.– Brasília : UNESCO, 2010.

⁹ FURTADO, Rafael N. CAMILO, Juliana Aparecida O. In O CONCEITO DE BIOPODER NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT - Conceito pelo qual entende-se as práticas, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. Disponível em < <https://bit.ly/2QN8TkL> > acesso em 06/dez/2020.

necessidade do Estado moderno de agir sobre a população, gerindo-a de modo a aumentar sua potência, garantindo e aperfeiçoando o funcionamento estatal, cujo ponto de intersecção é a ação e o poder de controle social sobre os corpos, em geral, femininos.

Conforme Rafael N. Furtado e Juliana A. Camilo (2016), para Foucault, “o poder encontra-se sempre associado a alguma forma de saber. Assim, o desempenho do poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação” (FURTADO & CAMILO, 2016, p. 1). Para estes autores, em nome da verdade legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Inversamente, é no centro de aparatos sofisticados de poder que sujeitos podem ser observados, esquadrinhados, de maneira que deles sejam extraídos saberes produtores de subjetividade.

Em uma análise mais detalhada, segundo Furtado e Camilo, Foucault recusa-se a pensar o poder enquanto coisa ou substância, as quais seriam possuídas por uns e extorquidas de outros. Nesse sentido, o poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. Ele é, por assim dizer, um conjunto de relações de força multilaterais (Foucault, 1999).

Nesse contexto, para estes autores, compreender a trajetória intelectual de Michel Foucault e de seu pensamento acerca do poder requer explicitarmos a noção de biopoder. De forma que, investigar o desenvolvimento desse conceito contribui para elucidarmos as práticas políticas contemporâneas e os destinos assumidos pelos saberes das novas tecnologias produzidas na atualidade.

Assim, faz sentido as análises crítica de Fátima Oliveira em suas observações quando se refere às biotecnologias e aos bebês de proveta. A autora alerta que “em maio de 2001 a revista *Veja* anuncia: já nasceram 300.000 bebês de proveta, 7.000 deles no Brasil; há 20.000 embriões humanos congelados no Brasil; cerca de 200 embriões brasileiros foram adotados nos últimos cinco anos e 99% das mulheres estéreis já podem ser mães” (OLIVEIRA, 2002, p.11).

Trata-se de números expressivos e perigosos, pois, segundo Oliveira, os embriões humanos têm entre 15% a 20% de chances de se fixar no útero, o que pode ser ainda mais difícil em mulheres que têm dificuldades para engravidar. Mas,

a preocupação e alerta maior de Fátima Oliveira recai no perigo e na preservação do corpo da mulher, pois:

Embriões congelados há quase uma década são normais: o nascimento de sêxtuplos, sétuplos e a perspectiva (frustrada) de nêuplos, decorrentes da falta de biosegurança, sobretudo da hormonização desenfreada de mulheres ávidas por um bebê e que são obrigadas a levar um monte de bebês para casa(...). A iatrogenia¹⁰ de muitos dos processos das biotecnologias de procriação conceptivas não para nas gestações múltiplas e pública a produção de quimeras humanas oriundas das NTRc, com a divulgação em 1998, de uma criança hermafrodita na Escócia, resultado de um acidente por ocasião da implantação dos embriões”, o que coloca na ordem do dia repensar a biosegurança, o que já é admitido pela maioria dos especialistas, médicos esterileutas. (OLIVEIRA, 2002, p 11).

Analisa-se, portanto, as dificuldades teóricas e políticas que perpassam a bioética como movimento social, que Oliveira chamou de “defeitos de origem” da bioética que são os ranços patriarcais e hipocráticos, que excluíram as mulheres da teorização da ética e o fazer bioética. A autora observa que há o fato, inegável que o objeto de reflexão da bioética tem sido um ser humano abstrato – não recortado por sexo/gênero, raça/etnia e classe social. Essa realidade, para a autora, embora pareça paranoica, é o que parcialmente explica porque bioeticólogos (as) não se deram conta ainda que há situações aéticas nas sociedades contemporâneas com pesada influência no pensar e fazer bioética, da mesma forma que as consequências na assistência e na pesquisa na área de saúde geram conflitos estritamente bioéticos.

CAPÍTULO 1: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo foram reunidos conceitos, categorias, reflexões, informações, que serviram como elementos fundamentais e necessários à construção da narrativa, cujo propósito consiste em cumprir os objetivos propostos pela pesquisa.

¹⁰ Iatrogenia (do grego: *iatros* = curador + *genesis* = origem) refere-se ao efeito negativo sobre o paciente, resultante de qualquer procedimento curativo realizado por um profissional de saúde ao aplicar produtos ou serviços pretensamente benéficos. Disponível em > <https://bit.ly/3gvZQiM> > acesso em 12/12/2020.

1.1 CONTEXTO E ABRANGÊNCIA DA BIOÉTICA

Nesta seção, nossa reflexão reúne elementos que serviram de base e suporte para compreender Fátima Oliveira como médica e bioeticista, bem como a abrangência da Bioética na atualidade visto que a mesma, no Brasil, passa por um momento de fortalecimento por meio do empenho de intelectuais e ativistas cujos trabalhos trazem subsídios de diversas áreas do conhecimento para o enfrentamento das mazelas contemporâneas e dos desafios do futuro. O presente estudo situa-se no âmbito de iniciativas que agregam novas possibilidades ao diálogo que se desenvolve no contexto de uma bioética global.

1.1.1 O surgimento da Bioética

Inicialmente, examinamos a bioética pensada por Fátima Oliveira, cuja abrangência e interdisciplinaridade, que serviu como importante elo para o enfrentamento às práticas sexista e racista, observados por ela, tão comuns na relação médico-paciente onde os conceitos etnia/raça cor e suas especificidades não eram consideradas.

Percebe-se assim o engajamento de sua prática ancestral e bioética com o reconhecimento à mais nova disciplina, no seu surgimento, quando se reporta afirmando que o marco teórico atual é de 1971, quando o biólogo e oncologista Van Rensselaer Potter (1911-2001), e a Universidade de Wisconsin publicaram, em janeiro de 1971, o livro *Bioética: a ponte para o futuro*, no qual o autor afirmava que o futuro da humanidade dependeria muito dos biólogos, pois eles seriam os condutores de uma forma mais ética de vida e poderiam garantir que a big science resolvesse os quatro bio-problemas, ou seja, “alimentação, saúde, degradação ambiental e crescimento demográfico” (OLIVEIRA, 1995, p. 80).

Ainda se referindo ao surgimento da bioética, mais uma vez Oliveira recorre ao pensamento de Potter, explicando o neologismo “bioética”, que afirmava: "Escolho 'bio' para representar o conhecimento biológico dos sistemas vivos e escolho 'ética' (aqui, onde se lê ética, pode-se ler também ancestralidade) para representar o conhecimento dos sistemas dos valores humanos" (OLIVEIRA, 1975, p. 81).

A obra de Potter é complexa e continuou marcando a Bioética, pois além da obra inicial “*ponte para o futuro*”, também elabora a proposta de uma bioética global (Potter, 1988). Assim, Potter apresenta sua preocupação ecológica, com inspiração nos escritos de seu colega da Universidade de Wisconsin (Madison, WI), Aldo Leopold, engenheiro florestal, pioneiro nas ações e cobranças de preservação da biodiversidade e quem introduziu o conceito de *land éthics* (ética da terra).

O interesse de Potter acontece quando em seus estudos Leopold sugere existir três estágios no desenvolvimento da ética, e que o próprio subtítulo do seu livro *Bioética Global* aponta para essa direção quando apresenta sua perspectiva de reflexão ética: “Construído a partir do legado de Leopold”. “No apêndice nº 1 do livro, Potter fala da herança de Aldo Leopold e de sua célebre obra intitulada *A Sand County Almanac (Um almanaque do condado de areia)*, publicado inicialmente em 1949, com várias edições posteriores” (POTTER, 1988, p. 63).

Em sua obra, Leopold afirma que o primeiro estágio da ética diz respeito às relações entre os indivíduos; no segundo estágio, os enfoques estão nas relações entre os indivíduos e a sociedade; e no terceiro estágio, que ainda não existe, afirmava Leopold, a ética lidará com as relações dos seres humanos com o seu meio ambiente, isto é, terra, animais e plantas. São posicionamentos que convencem Potter de que o surgimento da bioética global, na concepção de Leopold, seria um desdobramento desse terceiro estágio.

É uma nova visão ética articulada e mais equilibrada com o mundo dos “humanos” e da “natureza”, e com objetivo ampliado, relacionando os desafios e problemas médicos com os aspectos sociais, cultural e ambiental. De forma que o adjetivo “global” demonstra que deve ser o novo; e isto significa dizer que tem como objetivo abrangência planetária, bem como uma perspectiva de pensamento unitário e abrangente.

Portanto, em Potter, temos três conceitos fundamentais da bioética (“estágios”) no seu nascedouro:

a) **bioética como ponte**; b) **bioética global**; que estamos apresentando neste prefácio da obra bioética global de Potter; e finalmente a c) **bioética profunda**, o terceiro estágio da bioética. O primeiro conceito é o conceito metafórico de **bioética como ponte**, já bastante conhecido. Temos quatro tipos de pontes para construir: a) entre o presente e o futuro; b) entre as ciências e o mundo dos valores humanos; c) entre a natureza e a cultura; e d) entre o ser humano e a natureza (meio ambiente) (PESSINI, 2018, p. 17).

Esse pensamento de Potter sobre a ética inspirada por Aldo Leopold percebe-se também no pensamento e na obra de Fátima Oliveira nos primeiros contatos e leitura dos clássicos da bioética no Brasil, perceptíveis inclusive em seus primeiros textos e publicações sobre o tema.

Recentemente, o pesquisador TEN HAVE (2018) também se refere a Potter na sua busca para conceituar a bioética, determinando o conceito mais preciso como:

A combinação de várias categorias de conhecimento e a necessidade de testes e avaliações contínuas – refletem-se na definição da bioética que Potter fornece alguns anos depois: uma nova disciplina que combina o conhecimento biológico com o conhecimento de sistemas e valores humanos em um sistema biocibernético de auto-avaliação aberta (TEN HAVE, 2018, p. 78).

De forma que essa combinação do conhecimento biológico com o conhecimento de sistemas e valores humanos conectados a um sistema de auto avaliação aberta, sugere que se pode também traduzir como valores da cosmopercepção negra africana da ancestralidade.

1.1.2. Abrangência atual da Bioética

Entretanto, as discrepâncias identificadas pela bioética concernem a todos os setores da vida social, pois grandes são os perigos quanto aos destinos humanos, incluindo a ameaça à sobrevivência da espécie. No texto *Bioética Global na perspectiva da Bioética Crítica*, Cunha e Lorenzo, analisam o conceito da “chamada bioética global na perspectiva de três formulações teóricas estadunidenses, a saber, a de Potter¹¹, a de Engelhardt e a de Beauchamp e Childress” (CUNHA & LORENZO, 2014, p. 177).

Os estudos destes autores pautam, em primeiro plano, a bioética em perspectiva global com referência especial ao pensamento de Potter (1970), quando

¹¹ Van Rensselaer Potter (1911-2001), Considerado hoje um dos pioneiros da bioética. Entretanto, FRITZ JAHR (Teólogo e Pastor alemão), usou pela primeira vez o termo BIOÉTICA em 1927, porém sua obra só foi descoberta a partir de 1997 através de Rolph Löther, seguido por Eve-Marie Engels e José Roberto Goldim. Potter usou o neologismo “bioética” em 1970 nos Estados Unidos. O novo termo aparece no título do artigo Bioética: a ciência das sobrevivências, que em seguida viria se tornar o primeiro capítulo de seu livro *Bioética: ponte para o futuro*.

apontam a preocupação deste “com os destinos da humanidade e propõe uma reflexão moral sobre o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e seu impacto à sobrevivência da vida planetária, o que já lhe atribuiu, desde o nascimento, uma vocação eminentemente global” (CUNHA & LORENZO, 2014, p. 117).

Contudo, somente uma década mais tarde Potter (1980), propôs “a expansão da bioética ponte para uma bioética global, cujo foco deveria ser ainda mais interdisciplinar para que a nova ciência pudesse cumprir seu objetivo de garantir a sobrevivência humana” (CUNHA & LORENZO, 2014, p. 118).

Percebe-se, portanto, o comprometimento de Potter com a bioética como uma expansão para uma bioética global, pois através dos títulos das suas obras Ivo Queiroz e Anor Sganzerla (2019) argumentam que as mesmas sugerem um crescente interesse do autor por “ênfoques em suas obras que transcendem ao mecanicismo com que se identificou durante a maior parte de sua carreira científica, tal como em: *Ciência da sobrevivência* (1970); *Ponte para o futuro* (1971); *Bioética global* (1988) e *Bioética profunda e global* (1998)” (QUEIROZ & SGANZERLA, 2019, p. 11).

Esses títulos, segundo estes autores, evidenciam a preocupação de Potter com os fundamentos da ciência mecanicista que abasteceram as argumentações de seu pensamento no âmbito bioquímico. Ora, de certa forma, Fátima Oliveira, nos anos de 1990, também já demonstrava essa preocupação com a ciência mecanicista sentida por Potter, quando afirmava que era necessário uma análise crítica do que esses saberes inquietantes encerravam, que tanto pode ser de esperança ou ameaça para os povos. Oliveira se referia à “locomotiva da engenharia genética iniciada oficialmente na década de 1990 com o Projeto Genoma Humano-PGR” (OLIVEIRA, 1995, p. 7). Para a autora, esse arrojado programa de pesquisas pretendia desvendar, em quinze anos, como as pessoas são feitas, como se faz uma pessoa, ou seja, destina-se a descobrir a linguagem e a síntese da vida do *Homo Sapiens* no homem cibernético.

Entretanto, a bioética só passou “a apresentar uma característica realmente global a partir de 2005, com a publicação da Declaração Universal sobre Bioética e

Direitos Humanos (DUBDH) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005)”¹².

Anor Sganzerla, então presidente da Sociedade Brasileira de Bioética-SBB/PR, argumenta que: “os eventos científicos regionais, nacionais e internacionais sobre bioética têm atraído o interesse e a participação de brasileiros de diferentes áreas do conhecimento, que atuam para além do mundo acadêmico, fortalecendo desse modo o caráter plural e interdisciplinar da bioética” (SGANZERLA, 2016, p. 9).

Estes eventos, segundo o autor, contribuíram muito para que o reconhecimento da bioética brasileira não tardasse a ocorrer e foi assim que, em 2002, o Brasil sediou o VI Congresso Mundial de Bioética, que contou com a participação de 900 brasileiros e 452 estrangeiros procedentes de 62 países. Esse evento para Sganzerla, “foi significativo para a história da bioética mundial; nele se cravou a temática sociopolítica de exclusão e da injustiça do mundo pobre e em desenvolvimento” (SGANZERLA, 2016, p. 9).

A intervenção da UNESCO em favor da bioética global evidenciou que o fundamento moral para esta responsabilidade globalmente compartilhada decorre da compreensão de que vivemos em um contexto cada vez mais internacionalizado no qual as determinações da saúde não dependem apenas de decisões individuais ou mesmo de governos particulares, mas de complexas relações políticas, econômicas, sociais e culturais que repercutem em fenômenos sistemáticos, tais como a “pobreza, a má alimentação, o desemprego e as mudanças climáticas” (CUNHA & LORENZO, 2016, p. 9).

De forma que a bioética toma maior proporção e reconhecimento a partir de então e já na apresentação do documento Volnei Garrafa¹³ (2005), afirmava que pelo conteúdo da Declaração era possível perceber com clareza o acerto da bioética brasileira, por meio das ações desenvolvidas nos últimos anos pela Sociedade

¹² A minuta da Declaração, cuidadosamente construída pelos países-membro das Nações Unidas foi posteriormente, em 19 de outubro de 2005, levada à 33ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO realizada também em Paris, onde foi adotada por aclamação por unanimidade dos 191 países componentes da Organização. Disponível em < <https://bit.ly/32C8HqT> > acesso em 16/04/2020.

¹³ Volnei Garrafa Professor titular e coordenador da Cátedra UNESCO de Bioética da UnB - Idem

Brasileira de Bioética-SBB, quando a entidade decidiu aproximar decisivamente suas ações ao campo da saúde pública e à agenda social.

Para Garrafa, com a definição do tema oficial do VI Congresso Mundial de Bioética, realizado em Brasília, em 2002, já prenunciava uma significativa ampliação conceitual para a disciplina: Bioética, Poder e Injustiça. O teor da Declaração muda profundamente a agenda da bioética do Século XXI, democratizando e tornando-a mais aplicada e comprometida com as populações vulneráveis, as mais necessitadas.

Segundo o autor, a realização do evento foi um marco para a bioética pelo qual o Brasil e a América Latina mostraram ao mundo uma participação acadêmica, atualizada e, ao mesmo tempo, militante nos temas da bioética, com resultados práticos e concretos, “como é o caso da presente Declaração, como mais um instrumento à disposição da democracia no sentido do aperfeiçoamento da cidadania e dos direitos humanos universais” (GARRAFA, 2005, p. 01).

Porquanto, o referido evento chancelado pela UNESCO universaliza a bioética enquanto disciplina. Através dela todos os países, vinculados à ONU, teriam como um documento norteador para balisar suas práticas junto às intervenções ética e biomédica aos princípios que o próprio coordenador da Cátedra da Bioética da UNESCO, Volnei Garrafa (2005), prenunciara e, tal como o documento reafirma nas disposições gerais, no escopo do artigo primeiro, em descrição abrangente dos seus objetivos e finalidades:

Artigo 1 – Escopo a) A Declaração trata das questões éticas relacionadas à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas quando aplicadas aos seres humanos, levando em conta suas dimensões sociais, legais e ambientais; e b) A presente Declaração é dirigida aos Estados. Quando apropriado e pertinente, ela também oferece orientação para decisões ou práticas de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e empresas públicas e privadas (UNESCO, 2005).

O documento contempla uma série de considerandos dos quais os seres humanos, sem distinção, devem beneficiar-se das mesmas e elevadas normas éticas no domínio da medicina e da investigação em ciências da vida. Proclama princípios que seguem distribuídos em artigos, dentre estes, destacamos o 14º tal como segue:

Artigo 14 - (Responsabilidade Social e Saúde a) A promoção da saúde e do desenvolvimento social para a sua população é objetivo central dos governos, partilhado por todos os setores da sociedade. b) Considerando que usufruir o mais alto padrão de saúde atingível é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, convicção política, condição econômica ou social, o progresso da ciência e da tecnologia deve ampliar: (I) o acesso a cuidados de saúde de qualidade e a medicamentos essenciais, incluindo especialmente aqueles para a saúde de mulheres e crianças, uma vez que a saúde é essencial à vida em si e deve ser considerada como um bem social e humano; (II) o acesso à nutrição adequada e água de boa qualidade; (III) a melhoria das condições de vida e do meio ambiente; (IV) a eliminação da marginalização e da exclusão de indivíduos por qualquer que seja o motivo; e (V) a redução da pobreza e do analfabetismo (UNESCO, 2005, p. 8).

Ademais, a importância da Declaração Universal sobre Bioética, além de estabelecer parâmetros para os cuidados e práticas aos bioeticistas e gestores governamentais, também propõe em seu artigo 19º a criação de Comitês de Ética independentes, multidisciplinares e pluralistas que devem ser instituídos, mantidos e apoiados em nível adequado com o fim de: “(I) avaliar questões éticas, legais, científicas e sociais relevantes relacionadas a projetos de pesquisa envolvendo seres humanos; (II) prestar aconselhamento sobre problemas éticos em situações clínicas; (III) avaliar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos, formular recomendações e contribuir para a elaboração de diretrizes sobre temas inseridos no âmbito da presente Declaração; e (IV) promover o debate, a educação, a conscientização do público e o engajamento com a bioética” (UNESCO, 2005, p. 10).

Da mesma forma, a importância e a função destes comitês é tal que a UNESCO (2005) produziu documento denominado *Guia 01 – Estabelecendo Comitês de Bioética* cuja proposta aponta para a criação destes comitês em todos os países, tal como Ten Have (2005), prefaciando o documento afirmava que a função do Guia destina-se a fornecer precisamente o que seu título denota: orientação.

Pois, segundo o autor, ele não foi concebido para ditar princípios éticos para inclusão na política de saúde nem para defender o desenvolvimento de abordagens específicas para qualquer Estado Membro da UNESCO, mas “para oferecer uma série de sugestões que dariam suportes aos esforços de muitos Estados Membros,

que já estabeleceram seus Comitês de Bioética visando suas revisões nos níveis nacional, regional ou local” (TEN HAVE, 2005, p. 10)¹⁴.

1.1.3. Exclusão e vulnerabilidade em bioética

Para discorrermos sobre sujeitos em situação de exclusão e/ou abandono, antes se faz necessário analisarmos alguns fatores, conceitos e contextos que contribuem para tal condição. Para Juliana Bezerra¹⁵ (2020) discorrendo sobre o tema, define a exclusão como um processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade. Logo, para Bezerra, a exclusão está relacionada à classe social, trata-se de uma condição inerente ao capitalismo contemporâneo, ou seja, esse problema social foi impulsionado pela estrutura desse sistema econômico e político.

Assim, as pessoas que se encontram nessa condição social sofrem diversos preconceitos. Segundo a autora, elas são marginalizadas pela sociedade e impedidas de exercer livremente seus direitos de cidadãos. Pode-se salientar como sendo as “condições financeiras, religião, cultura, sexualidade, escolhas de vida, dentre outros” (BEZERRA, 2020, p. 1)

Entretanto, os excluídos sociais, geralmente são as chamadas “minorias majorias étnicas”, culturais e religiosas, grupos vulneráveis, não se tratando, portanto, exclusivamente de classe social. Para Mario A. Sanches, Mariel Mannes e Thiago R. Cunha (2018), a discussão sobre exclusão e vulnerabilidade é muito mais ampla e que envolve diversos outros fatores, de forma que hoje ocupa espaço de grande relevância na produção bioética internacional. Estes autores partem da premissa de que todos os seres humanos são vulneráveis ou vulnerados, logo, eles

¹⁴ *This Guide is intended to provide precisely what its title denotes: guidance. It is designed neither to dictate ethical principles for inclusion in health policy nor to advocate the development of specific approaches for any Member State of UNESCO, but to offer a number of suggestions after having reviewed the efforts of many Member States that have already established Bioethics Committees at the national, regional, or local levels. The need to reflect on the moral dimension of advances in science and technology, as well as the desire to enhance the public's health has, in many areas of the world, led to the establishment of various forms of Bioethics Committees, four of which are described and discussed in this Guide.* (Tradução própria para fins didáticos).

¹⁵ Professora de História no ensino fundamental e das Religiões e História da Religião no Instituto Estrela da Evangelização, Niterói (RJ) < <https://bit.ly/2QNaYgz> > acesso em 13/07/2020.

concebem a vulnerabilidade como sendo a chave de leitura da condição humana, pelo reconhecimento de sua finitude.

Ademais, no pensamento desses autores, a situação de vulnerável, “se dá a partir de duas realidades: a primeira é que a vulnerabilidade é condição comum a todos os seres humanos – isto é, todos são vulneráveis – e esse tipo de vulnerabilidade tem sido denominada de existencial ou intrínseca”; a segunda, para eles, “diz respeito a grupos ou indivíduos que são afetados por condição de vulnerabilidade circunstancial, específica, relacionada à pobreza, violência, desemprego, entre outros aspectos, sendo considerada como vulnerabilidade social” (SANCHES, MANNES & CUNHA, 2018, p. 2).

Mas, por outro lado, cabe lembrar que para Fátima Oliveira, a vulnerabilidade era um conceito aplicável aos casos nos quais a autonomia poderia estar diminuída, essa diminuição se dá: “por idade, doença, sexo/gênero – no caso das mulheres em idade fértil, na privação de liberdade, etc. O critério/ideia de vulnerabilidade, para a autora, incorpora a vulnerabilidade social, biológica, de sexo/gênero e hierárquica, todas as situações nas quais o poder e a autonomia encontram-se diminuídos¹⁶” (OLIVEIRA, 2002, p. 32)¹⁷

Para nosso estudo, interessa-nos as condições de vulnerabilidades, ditas circunstanciais, uma vez que o foco do nosso estudo está relacionado a grupos de pessoas, sujeitos vítimas do apartheid social e factual na vida brasileira.

Números levantados nos informam uma realidade de 20 anos atrás. Pois, para melhor entender o contexto social que produziram estes dados, buscamos nos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH da década de 1990. Numa pequena linha do tempo, entre 1990 e 2012, observa-se um crescimento do IDH de 0,590 para 0,759, um aumento de 28,7%. Essa taxa de crescimento do IDH brasileiro no período é maior que a do Chile (40ª posição), Argentina (45ª) e México (61ª), por exemplo.

¹⁶ Guimarães e Novaes dizem, respondendo à pergunta “Quem são as pessoas vulneráveis?: “São pessoas que por condições sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde têm as diferenças, estabelecidas entre elas e a sociedade envolvente, transformadas em desigualdade. “A desigualdade, entre outras coisas, os torna incapazes ou, pelo menos, dificulta enormemente, a sua capacidade de livremente expressar a sua vontade”. Para as autoras citadas por OLIVEIRA, (2002, p. 32), a autonomia é um atributo individual, enquanto a vulnerabilidade pode ser individual ou coletiva (GUIMARÃES e NOVAES, s/d).

¹⁷ Ver os dados pesquisados sobre a vulnerabilidade nos Anexos 01 em documento denominado *Nos Mulheres 2001* – In Saúde da população Negra – 2001. (2002, p.17-18-19-20).

O IDH de 2012 mostra que o Brasil apresenta progressos em dois componentes do índice: expectativa de vida e renda nacional bruta per capita. Em função da abordagem metodológica do RDH de usar dados de fontes internacionais, o Brasil aparece com dados de 2005 para anos esperados de escolaridade e dados da década de 2010 para média de anos de estudo. Mas, esses novos números registrados em 2012, que poderiam, em tese, melhorar e corrigir o fosso social da desigualdade na sociedade brasileira e na condição de vida da população negra parece não ter tido esse impacto.

De forma que, em 2012, o Brasil aparece nas pesquisas em 73º lugar, com um índice de 0,699¹⁸. Já, em 2017, dentre os 189 países relacionados, o Brasil aparece em 79º com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atingindo 0,759¹⁹ no ranking. No entanto, segundo a análise dos pesquisadores (as), estes números demonstram que o Brasil melhora em alguns quesitos, mas piora em outros e que a má distribuição de renda é o maior problema da vulnerabilidade social quando se inclui os conceitos etnia/raça cor da população como objeto de análise na pesquisa. Assim, consequentemente, essa realidade tem reflexo em toda a vida da população negra segregada, no que tange ao acesso à moradia digna, às políticas de saúde, estudo e, sobretudo no quesito segurança pública.

1.2 A QUESTÃO DO RACISMO

Embora complexo, o tema do racismo precisa ser abordado neste estudo, pois é o pano de fundo histórico que situa e justifica todo o movimento e a militância negra. Para Fátima Oliveira, no Brasil, é senso comum considerar que raça se refere a um grupo de pessoas parecidas fisicamente. Ou ainda, utiliza-se essa terminologia para referir-se à família: “aquela pessoa é de uma raça ruim ou de uma raça boa”. As duas expressões evidenciam uma concepção biologicista de raça, com o significado de pedigree.

Na acepção popularizada e de parte dos setores intelectualizados, para a autora, raça reflete uma compreensão biológica, de algo que, para usar uma

¹⁸ Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), em seu relatório divulgado em novembro de 2010: dados disponíveis em < <https://bit.ly/3azlkYd> > acesso em 28/06/2020.

¹⁹ Lista dos países por IDH-muito alto; IDH-Alto; IDH-médio; IDH-médio e IDH por Continentes. Disponível em < <https://bit.ly/3tJ60jx> > acesso em 07/07/2020.

linguagem atual, é fatalisticamente genético. O que não é apenas discutível. Logo, para Oliveira, tais noções são falsas e anticientíficas.

1.2.1 A bioética e a antropologia física

A bioética, para Oliveira, emergiu num contexto de crise axiológica e surge como um movimento social e epistemológico onde as sociedades divididas em classes encasteladas em suas teorias ideológicas, territorializada num discurso eurocêntrico herdado das pesquisas da antropologia física, a remetem aos estudos do cérebro de grupos humanos.

Essas investigações possibilitaram, a partir de Franz Joseph Gall (1758-1828)²⁰, um grande desenvolvimento científico e produção de teorias sobre o conhecimento e a capacidade cognitiva do ser humano que mais tarde alimentou, segundo Oliveira (2002) às ideias do darwinismo social como um produto genuíno de uma época, cujo poder político tinha como “fio condutor a ideia de que há seres humanos que nascem ‘inferiores’” (OLIVEIRA, 2002, p. 27).

Entretanto, algumas destas teorias, com o tempo, perdem seu status científico e passam ser consideradas pseudociências, salvo a que mais tarde se convencionou chamar frenologia, teoria que reivindicava ser capaz de determinar características da personalidade, caráter e o grau de criminalidade prescrita a partir da investigação da formação craniana.

Os estudos de Gall foram retomados, mais tarde, por Cesare Lombroso (1835-1909)²¹. Os sujeitos das pesquisas de Lombroso eram indivíduos de classes inferiores. Os estudos que desenvolveu foram direcionados ao direito, dando origem à teoria da criminologia sob o manto da psiquiatria.

²⁰ Franz Joseph Gall médico e anatomista alemão, por volta de 1800 através de seus estudos desenvolveu a frenologia. Disponível em < <https://bit.ly/3ndvmDA> > acesso em 27/04/2020.

²¹ Cesare Lombroso nasceu na cidade de Verona, em 1835. Quis estudar medicina, matriculando-se na Universidade de Pavia, laureando-se em 1858, aos 23 anos. Profissionalmente, foi médico, e intelectualmente um filósofo. Começou o exercício da medicina imediatamente ao ser laureado médico, especializando-se mais na psiquiatria. Ao ser nomeado diretor do manicômio na cidade de Pesaro, iniciou sua ligação com os doentes mentais, a quem dedicou grande parte de seus estudos e sua vida. Importante foi sua vivência psiquiátrica, ao relacionar a demência com delinquência. Suas experiências nessa área forneceram a ele as bases para a produção de sua obra *Gênio e Loucura*, publicada em 1870 - Lombroso, Cesare, 1885-1909. *O homem delinquente / Cesare Lombroso*; tradução Antonio Roberto Hildebrando; EDIJUR-Leme/SP: Edição 2020. Título original: *Uomo delinquente*. ISBN 978-85-7754-222-2 CDU 343.91

Portanto, a Lombroso é creditada a criminologia, a antropologia criminal e a Escola Positiva do Direito Penal, donde atribui-se que sua experiência psiquiátrica associava a criminologia à demência com a delinquência e, conseqüentemente, afirmava que aqueles indivíduos, naturalmente eram brutos, perigosos e proclives à criminalidade.

No Brasil, o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), desenvolve a teoria da craniometria. O autor demonstra os resultados dos seus estudos na mesma linha dos seus antecessores, pois, foi principalmente baseado nas teorias lombrosianas que Nina Rodrigues desenvolveu as ideias apresentadas em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*²², no qual o autor considerava um "simples ensaio de psicologia criminal brasileira" (RODRIGUES, 1957, p. 26).

Esse texto fundamentava as aulas que ministrava na disciplina de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia. No livro Rodrigues faz dedicação aos médicos e juristas da área, sendo o próprio Lombroso, Ferri, Garófalo e Alexandre Lacassagne, cuja dedicatória trazia: "em homenagem aos relevantes serviços que os seus trabalhos estão destinados a prestar à medicina legal brasileira, atualmente simples aspiração ainda" (RODRIGUES, 1957, p. 23).

É considerada clássica a sua obra, mas, alguns críticos e leitores a apontam como sendo de cunho profundamente racista com exposição explícita de preconceito contra índios, negros e mestiços. É onde Rodrigues defende tratamento diferenciado para estes grupos – produtos das chamadas raças inferiores – no Código Penal Brasileiro.

Seu argumento partia do pressuposto de que haveria uma diferença fundamental entre as raças no que se referia à sua constituição mental. Rodrigues afirmava ainda que a herança racial não era apenas a chave para a predisposição, ou herança genética de certas doenças, mas que os africanos e os povos miscigenados eram também mais predispostos à criminalidade.

²² RODRIGUES, RN. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em < <https://bit.ly/32Lohk1> > acesso em 20/05/2020.

Os textos e pensamento de Nina Rodrigues são visitados por estudiosos e pesquisadores que concluem o impacto destes no nosso tempo como sendo as bases para o racismo científico.

No entanto, Rodrigues enfatizava que do ponto de vista histórico e social recorrera aos estudos de Silvio Romero (1851-1914), quando afirmava “todo brasileiro é mestiço, se não no sangue, pelo menos nas ideias”²³. Mas, no ponto de vista do direito penal, que ora nos ocupa, argumentava Rodrigues, faz-se necessário considerar, no povo brasileiro, todos os elementos antropológico distintos de que ele atualmente se compõe.

Assim, com base nos estudos destes autores e suas teorias, ao longo dos tempos, impactaram negativamente nas relações raciais e de gênero e embasaram atitudes racistas, machistas e ideologicamente eugênicas, desencadeando os sentimentos da negrofobia, homofobia e a misoginia, cujos valores e “modelo de ser humano desejado, a saber, o bom, o belo, inteligente, perfeito, deveria possuir estética branca e onde as mulheres, em geral, nada mais são que um mal necessário” (OLIVEIRA, 1995, p. 74)

Para a autora, um dos últimos modismos racistas é a procura de uma base genética definida como “gene da maldade”, “do egoísmo”, “da traição” e demais comportamentos tidos como antissociais. Isto é, a busca como forma de classificação do “destino” escrito nos genes.

Para a autora, a eugenia é por definição “a ciência que tem por objeto o estudo dos fatores que, sob controle social, possam melhorar ou prejudicar física ou mentalmente as qualidades raciais das gerações futuras”²⁴ (OLIVEIRA, 1995, p.111). Entretanto, em sua análise, há um outro aspecto que precisa ser encarado, quem é geneticamente negro, branco ou amarelo? Isto nos leva a aprofundar a questão do surgimento do racismo.

²³ ROMERO (1882), Silvio. *História da literatura brasileira*. Tomo 1, op. cit., p. 55. Romero usa o conceito da mestiçagem, que depois é absorvido por Nina Rodrigues na classificação dos grupos étnicos no Brasil.

²⁴ Conforme Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Gamma/Civilização Brasileira, 11ª edição.

1.2.2 Raça e Racismo nos Registros Históricos

Consta que a ideia de raça e racismo é muito mais antiga do que se pode imaginar, segundo Eliane Azevedo (2000), quando o homem deixou a vida nômade e se organizou em sociedades primitivas, os grupos raciais já existiam. Acredita-se, segunda a autora, que até o surgimento das primeiras classes sociais, pastores, agricultores e a existência de religiões diferentes eram mais importantes que a existência de raças, como causa de preconceitos entre grupos humanos.

De forma que, para Azevedo, os primeiros conflitos humanos surgiram, não por causas religiosas ou raciais, mas econômicas, entre pastores; mais tarde, também entre agricultores, na disputa da canalização da água dos rios para benefícios da agricultura. Assim, a autora observa, não é sem razão que:

A mais antiga referência à discriminação data de aproximadamente 2000 a.C. e consta de um marco erigido acima do Rio Nilo, proibindo qualquer negro de atravessar além daquele limite, salvo se com propósito de comércio ou compra. Fica óbvio que a discriminação era frequentemente de ordem econômico-política, usando raça como referencial [...] antes do século XV, as divisões antagônicas da humanidade não eram originárias por ideologias racistas (OLIVEIRA Apud AZEVEDO, 2000, pp. 23-24).

Ainda sobre dados historiográficos da discriminação, Fátima Oliveira se referindo a Leslie C. Dunn e Theodosius G. Dobzhansky (1962) argumenta que estes autores mencionam Heródoto, historiador e reconhecido como sendo o pai da antropologia, que por sua vez escreveu com ironia que “já no século V os persas ‘se consideravam muito superiores em todos os sentidos ao resto da humanidade, aos outros tanto mais excelentes e julgavam os outros tantos mais excelentes quanto mais próximos deles; assim os que ficavam situados a uma distância maior deveriam ser os mais segregados da humanidade [...]”.

A ideia de superioridade biológica baseada na raça, segundo estes autores, aparece também no Velho Testamento. Aí fica claro que Jeová fez um pacto com Abraão e com ‘sua semente’, isto é, com seus descendentes. De forma que se percebe no Novo Testamento²⁵ segundo estes autores, que há expressiva descrição

²⁵ Ver a Parábola Bíblica do Bom Samaritano, Lucas 10:25-37. Disponível em < <https://bit.ly/3aPDtkX> > acesso 05/02/2021.

de conflito entre este ponto de vista e a doutrina radical, e mesmo revolucionária, da fraternidade universal.

1.2.3 A racialização humana e o racismo²⁶

O racismo, para Kabengele Munanga (2017), foi criado por volta de 1920. O racismo enquanto conceito e realidade, segundo o autor, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um mesmo denominador comum. Quando se utiliza esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdos e significados, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o mesmo.

Por razões lógicas e ideológicas, o autor argumenta que o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.

Mas, com efeito, é com a racialização humana que serve de base nas relações entre “raça” e “racismo” que seria teoricamente uma ideologia essencialista postulando a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

A partir deste ponto de vista, pressupõe que o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.

Partindo dessas analogias, para Munanga, o racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais e religiosos que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar

²⁶Explicitamos que, biologicamente, existe raça humana. E que, sociologicamente e politicamente, existe a racialização de sujeitos, grupos e relações interpessoais e intergrupais. Neste sentido, pode-se afirmar a existência de raças humanas e do racismo. Embora não sejam categorias biológicas, aparecem no cotidiano como contradições discursivas, como representações imaginárias, ideológicas, na convivência social.

que as características intelectuais e morais de um determinado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Hoje, com os estudos e as pesquisas sobre o tema, é possível afirmar que o principal elemento que se constitui inibidor de acesso aos direitos e às políticas públicas para a população negra é o reconhecimento, ainda que velado, a estrutura do racismo na sociedade brasileira.

Para Carlos Moore (2012) o racismo se apresenta como um dos maiores problemas e o fator que continua a desafiar as ciências humanas que estão na sua origem e no seu desenvolvimento na história. Os avanços da ciência nos últimos anos do século XX, segundo o autor, esclarece um grave equívoco oriundo do século XIX, que fundamenta o conceito de “raça” na biologia.

Entretanto, raça para Moore, e como já observado, “não é um conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, e que não é o caso do racismo, um fenômeno que antecede sua própria definição” (MOORE, 2012, p. 31).

1.2.4 Raça e racismo e o impacto na contemporaneidade

Observa-se que, com os estudos realizados pelo antropólogo Munanga a partir da década de 1970 pode-se afirmar que foram responsáveis por romper a visão eurocêntrica da antropologia, que propôs repensar a participação dos negros na história da sociedade brasileira. É portanto, através dos estudos de Munanga²⁷ (2003), que encontramos uma abordagem mais aprofundada e histórica sobre conceito de raça.

Para o autor, etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Para Munanga, na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné, conhecido em Português como Lineu (1707-1778), fez uso do conceito para classificar as plantas em raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada.

²⁷ Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em < <https://bit.ly/3xd8fhh> > acesso em 10/05/2020.

Munanga argumenta que no latim medieval, o conceito de raça passa a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que tem um ancestral comum e que, possuem algumas características físicas em comum. Munanga afirma ainda que em 1684, o francês François Bernier (1625-1688) já empregava o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças.

E foi então que a partir dos séculos XVI-XVII, segundo o autor, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais na França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses, população local identificada com a Plebe.

Percebe-se então que não apenas os Francos se consideravam como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue “puro”, insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, poderiam até ser escravizados. Percebe-se então, conforme o autor, como o conceito de raça “pura” foi, ideologicamente, transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

As descobertas do século XV colocam em dúvida o conceito de humanidade até então conhecida nos limites da civilização ocidental. Com o questionamento quem são esses recém-descobertos (ameríndios, negros, melanésios, etc.), são bestas ou não são seres humanos como “nós”, europeus? Hanna Harendt (1949)²⁸, se referindo a invasão europeia no continente africano, afirmava que os europeus sentiam-se envergonhados de encontrarem indivíduos com as mesmas características físicas que as deles, porém de pele negra. Da mesma forma a

²⁸ *Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*, (1949), nesta obra Hannah Arendt apresenta um quadro completo da organização totalitária, a sua implantação, a propaganda, o modo como manipula as massas e se apropria do Estado com vista à dominação total. A sua crítica da razão governamental totalitária ainda hoje é pertinente, numa época onde vigoram regimes com estas características e, mais do que isso, num terreno onde a democracia liberal não afastou por completo os vestígios de uma ideologia de terror que torna o homem supérfluo.

identidade racial negra em conflito com a branca também foi pensada pelo médico e psiquiatra Frantz Fanon, nascido na ilha da Martinica, formado na França, influenciou muitos dos pensadores que escreveram sobre a diáspora africana e a opressão dos povos colonizados.

Fanon publicou em 1952 seu livro de maior repercussão, *Pele Negra, Máscaras Brancas*, no qual aborda diversos assuntos relacionados a análise sobre raça e à relação conflitante entre colonizado e colonizador como categorias importantes para se entender a constituição de subjetividades de sujeitos brancos e negros nas relações raciais.

Fanon argumenta que seria surpreendente se déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro, relação com coisas negativas com o pecado. Para Fanon, na Europa, “o negro seria concreta ou simbolicamente, representação do lado ruim da personalidade. Negro o obscuro, a sombra, as trevas, à noite, os labirintos da terra, as abissais, enegrecer a reputação de alguém” (FANON, 1952, pp. 153-54).

Ainda, retomando a análise antropológica de Kabengele Munanga, este afirma que foi a partir do século XVIII, que a cor da pele passou a ser considerada como um critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças. Por isso, para o autor, foi quando a espécie humana ficou dividida em três grupos distintos que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela que é a intermediária.

Pressupondo que a cor da pele é a definidora da concentração da melanina, logo é questão biológica. Pois, é justamente o degrau dessa concentração que define a cor da pele, dos olhos e do cabelo. De forma que a chamada raça branca, para Munanga, tem menos concentração de melanina, é que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela que define a sua cor de pele e que por aproximação é dita amarela.

Logo, ao definir a cor da pele como resultante do grau de concentração da melanina, substância que todos possuímos, é um critério relativamente artificial e biológico. Ademais, na busca de mais dados referentes ao tema, Fátima Oliveira afirma que “estudos atuais nos informam que as diferenças entre os agrupamentos populacionais humanos são resultados do desenvolvimento históricos, em razão do

processo de diferenciação entre humanos e o restante do mundo animal” (OLIVEIRA, 2001, p. 58).

Partindo desses pressupostos, que após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO organizou um grupo de trabalho com o objetivo específico de elaborar opinião a respeito da “questão racial”. Tal opinião se convencionou chamar *Declaração sobre Raças e Preconceitos da UNESCO (1978)*²⁹, que diz: 1) Todos os homens pertencem à mesma espécie descendente da mesma fonte; 2) a divisão da espécie humana em raças é convencional, não implica hierarquia de qualquer ordem; e 3) no estágio atual dos conhecimentos biológicos não se poderia atribuir as realizações culturais dos povos à diferença de potencial genético, pois estes são iguais.

No que consiste em estabelecer dados científicos como base de estudos, Oliveira argumenta que a opinião da UNESCO seria aglutinar grande número de cientistas; todavia, há opiniões divergentes entre os próprios cientistas, o que confirma que não há consenso sobre raça e o seu significado biológico. O movimento antirracista em âmbito mundial, inclusive o Movimento Negro no Brasil, segundo a autora, não tem participado dessas discussões.

É provável que seja esta a causa que, mesmo no interior dos agrupamentos antirracistas, encontremos pessoas que defendam o conceito de raça como uma categoria social, e outras ainda entendam raça como uma categoria biológica. E muita gente nem sequer despertou qualquer preocupação por estes temas. Eis uma situação séria e de extrema gravidade, afirma Fátima Oliveira, pois a compreensão de raça como categoria biológica é o alicerce “científico da ideologia racista”.

Logo, é forçoso abrir os olhos e enxergar que o racismo possui uma base material sobre a qual desenvolveu toda sua teoria, argumenta Oliveira. Essa base material é o corpo das pessoas, a convicção de que raça é uma categoria biológica. Por outro lado, é preciso estar atento, vigilante permanentemente, quanto ao uso abusivo e distorcido – que os racistas sabem fazer com maestria – dos atuais conhecimentos da genética molecular e das teorizações que procuram, sem cessar,

²⁹ A primeira Declaração foi elaborada em 1950 (Paris); a segunda em 8/6/1951 (Paris); a terceira em 1964 (Moscou); e a quarta em 26/9/1964. Em 1965 a ONU adotou a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em vigor desde 1969-citado por Fátima Oliveira in *Saúde da População Negra – Brasil 2001-* p. 58.

genes catalogados como antissociais e tentam uma associação direta desses genes com o que chamam de raça e/ou etnias inferiores.

No fundo, para os racistas, que agora idolatram os genes, não há etnias. Tendo os genes como base material para os genólatras, só há raça. Era o que Achille Mbembe observava sobre a postura dos franceses e as políticas ditada por seus mandatários para manter a anulação do negro africano a partir da raça. Na visão do invasor colonialista, segundo Mbembe, a raça seria uma das matérias-primas com as quais se fabrica a (in)diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser gasta ou passada sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos.

Foi com essas analogias na relação sobre o conceito de negro, raça e suas subjetividades que o professor camaronês PhD em História Achille Mbembe, publica em 2018, seu livro *Crítica da Razão Negra* no qual discorre sobre ideologias raciais “sedimentadas” em torno do ser negro, para Mbembe o ser humano emblematicamente racializado foi desumanizado na visão racista do imaginário europeu.

Subjetivamente, para esses racistas, segundo o autor, “ver um negro é ver que ele não está lá; que ele não existe; que ele não é outra coisa senão o ponto de fixação patológico de uma ausência de relação” (MBEMBE 2018, p. 69). É necessário, portanto, segundo o autor, considerar a raça ontologicamente, como algo que se situa tanto aquém quanto além do ser.

1.2.5 Raça e racismo na biociência

Apesar de todos os estudos e dados científicos atualizados a respeito de raça e racismo e após todo um processo de desconstrução das ideias atávicas da segunda metade do século XIX, ainda hoje deparamos com atitudes de cunho racista na biociência.

Em abril de 2015, uma aula ministrada para a pós-graduação no Instituto de Biociências da USP, aconteceu uma intervenção por alguns alunos da instituição, que se identificavam como sendo integrantes do movimento negro autointitulado Ocupação Preta (OP).

O acontecimento se articulou em tempo real, em resposta ao ocorrido, noticiado nas redes sociais que denunciava “uma aula racista”. Representantes do grupo consideraram ofensiva a escolha do texto que um professor britânico e colaborador da USP trouxe para discussão em sala. Em vista disso, o assunto gerou acaloradas discussões e protestos de ambas as partes na aula.

O texto gerador da polêmica foi um artigo cujo título *A mais inconveniente verdade de James Watson*³⁰: *a realidade racial e a falácia moralista*, cuja autoria de J. Phillippe Rushton e Arthur R. Jensen, publicado em 2008, no editorial da revista científica *Medical Hypotheses*. Nele, o autor discorre sobre a ideia de que pessoas negras possuem menor capacidade intelectual do que brancas, usando como suporte para sua teoria estudos sobre coeficiente intelectual (QI) severamente criticado no meio acadêmico por seus métodos de realização.

A aula que gerou todo protesto motivou-se pelas defesas controversas do professor com base no pensamento de Watson sobre as diferentes possibilidades de inteligência entre grupos baseada na cor da pele, afirmações como a que Watson declarou, em artigo publicado no *Sunday Times Magazine*, que argumentava:

Está inerentemente pessimista quanto às perspectivas da África" porque "todas as nossas políticas sociais estão baseadas no fato de que a inteligência deles é a mesma que a nossa – enquanto que todos os testes dizem que não é assim". Ele afirma desejar que todos fossem iguais, mas argumentou que "pessoas que têm de lidar com empregados negros descobrem que isso não é verdadeiro". "Ele afirmou que não se deveria discriminar com base na cor da pele, porque "existem muitas pessoas de cor que são bastante talentosas, mas que não são encorajadas quando não obtêm sucesso no nível mais elementar" (WATSON, 2007).

As argumentações de Watson foram mais além, de que não haveria razões sólidas para afirmações de que as capacidades intelectuais de pessoas

³⁰ Cientista americano James Watson, ganhador do prêmio Nobel de 1962, perdeu seus títulos honorários depois de fazer comentários racistas sobre raça e inteligência. Em um documentário de televisão que foi ao ar em 2 de janeiro, o pesquisador, pioneiro na pesquisa do DNA, repetiu opiniões segundo a qual a genética tem um papel nas notas que brancos e negros têm em testes de inteligência e de coeficiente intelectual. O laboratório Cold Spring Harbor, em Nova York, onde ele trabalhava, frisou que os comentários do cientista de 90 anos de idade são "infundados e imprudentes". Watson já tinha emitido opiniões similares em 2007, quando afirmou que os africanos eram menos inteligentes que os europeus, mas se desculpou depois. Disponível < <https://bbc.in/3nctHxU> > acesso em 29/06/2020.

geograficamente separadas em sua evolução provêm ter evoluído de forma idêntica, afirmou ele. E continuou, embora nosso desejo de reservar poderes iguais de raciocínio como alguma herança universal da humanidade não será suficiente para fazer com que assim seja. Em nota de repúdio, o movimento que busca discutir temas e pautas raciais e o programa das políticas públicas na universidade, explicou os motivos para sua intervenção. Composto por pessoas negras de dentro e fora da USP, o grupo se mostrou insatisfeito com o conteúdo da aula que, notadamente, tinha cunho racista. A nota lembrou que os estudos de Watson foram rechaçados pela academia, tendo seu autor, inclusive, sido exonerado do cargo na Spring Harbor Laboratory (CSHL), em Nova York, devido às suas posições. A OP, ainda em nota, também acusou Peter de ter assumido uma postura racista, pois “defendeu subjetivamente o texto”. Para eles, o professor “não valorizava o diálogo”, “bateu palmas em cima das falas dos estudantes negros”, “disse ‘shut up’ (cale-se), dirigindo-se a um aluno e se recusou a fazer a discussão em português”.

1.2.6. Racismo antinegro no cotidiano da vida brasileira e no contexto bioético

Para desmistificar o racismo antinegro no cotidiano brasileiro, uma vez mais recorreremos ao pensamento de Kabengele Munanga (2016)³¹, ao afirmar que todos os racismos são abomináveis, são crimes. Mas, se referindo ao Brasil, pontua “eu considero o racismo brasileiro um crime perfeito”.

O autor compara o racista “como um carrasco, que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, pois ninguém se assume como tal, mas o racismo e a discriminação estão lá, existem. “Esse racismo mata duas vezes, mesmo fisicamente, com a exclusão e tudo mais, mata a consciência da própria vítima” (MUNANGA, 2016, p. 10). O autor, parafraseia seu próprio pensamento com base na frase “O carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio”, cuja autoria é atribuída a Elie Wiesel (1928-2016)³².

³¹ DANTAS, S. FERREIRA, L. VERAS, M.P - Transcrição editada do evento “Trajetória entre Culturas: Kabengele Munanga, um Intérprete Africano do Brasil”, realizado pelo grupo Diálogos Interculturais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, Revista USP • São Paulo • n. 114 • p. 31-44 julho/agosto/setembro 2017 em 28 de setembro de 2016.

³² Escritor judeu, sobrevivente dos campos de concentração nazistas, laureado com o Nobel da Paz de 1986, pelo conjunto de sua obra de 57 livros, dedicada resgatar a memória do Holocausto e a

Há a consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, mas há também o silêncio, o não dito(...). Nesse sentido, é um crime perfeito, porque não deixa nem a formação de consciência da própria vítima, nem a consciência do resto da população através dos referenciais do mito da democracia racial[...] que podem caracterizar as mentiras, o descaso, coisas não ditas e silenciadas em torno da raça e do racismo na sociedade.

Munanga, ao prefaciando o livro de Carlos Moore (2012), informa que alguns conceituados estudiosos se aproveitam da falta de informação por parte da população e do lugar privilegiado que ocupam na academia e na imprensa para produzir discursos perversos a respeito do racismo. Com isso exploram ideias e teorias superadas, como as da “mistura de sangue” e o conceito da democracia racial, ambos atribuídos à sociologia de Gilberto Freyre (1900-1987), publicado em sua obra clássica *Casa Grande e Senzala* (1933)³³, .

Para o antropólogo Andreas Hofbauer (2011), hoje diferente das afirmações dos contextos vivenciados por Freire, a maioria dos estudiosos já não trata a democracia racial como um fato. Segundo Hofbauer, muitos entendem a democracia racial como uma idéia, um ideário tipicamente brasileiro ou ainda como um mito social que, de acordo com alguns estudiosos, “não deve ser descartada porque carregaria em si a potencialidade de unir as pessoas e de mobilizá-las em torno de um ideal nobre de resistência (HOFBAUER, 2011, p. 1).

Entretanto, na análise de Hofbauer, mesmo convertida em mito, a democracia racial serve de base para a chamada política do branqueamento. O autor afirma que a grande preocupação da elite brasileira no final do século XIX era: até que ponto o futuro da nação, que estava caminhando para a abolição do regime escravista, “estaria comprometido pelo grande contingente de membros de raças inferiores? Como organizar uma sociedade baseada em mão-de-obra livre com um contingente tão grande de negros e mestiços?” (HOFBAUER, 2011, p. 2).

na defesa outros grupos vítimas das perseguições. Disponível em < <https://bit.ly/3emPyPr> > acesso em 22/05/2020.

³³Freyre apresenta a importância da Casa-grande na formação sociocultural brasileira, assim como a da Senzala na complementação da primeira. Além disso, *Casa-Grande & Senzala* enfatiza a formação da sociedade brasileira no contexto da miscigenação entre os brancos, principalmente portugueses, dos escravos negros das várias nações africanas e dos diferentes povos indígenas que habitavam o Brasil. Disponível em < <https://bit.ly/3dl30hJ> > acesso em 22/05/2020.

Nesse contexto Hofbauer chama a atenção ao fato de que a reflexão de um projeto da elite brasileira, com a possível extinção da mão-de-obra escrava, na época, estaria vinculada à proposta de importar mão-de-obra europeia. E é dessa forma que na análise do autor, a democracia racial de Freire foi relacionada com a política do branqueamento, uma vez que era a tese que sustentava a possibilidade de transformar uma “raça inferior” numa “raça superior”, e permitiria:

Pensar uma saída para este dilema. Uma vez que, os pensadores da época creditavam que o desejado “enobrecimento” das “raças inferiores”, podia ser atingido somente se fosse possível garantir uma predominância numérica de brancos nos inter-casamentos. Sabemos, hoje, que este raciocínio serviria, de fato, como base justificatória para uma política de Estado que teria como objetivo trazer mão-de-obra branca ao Brasil (HOFBAUER, 2011, p. 2).

No entanto, na análise de Munanga, muitos pensadores e estudiosos do tema, talvez numa tentativa de manter-se na zona de conforto, ainda hoje, apelam para a sociologia de Freyre e usam a miscigenação como maior valor nas relações sociais e raciais no Brasil. Tentam maquiagem ou negar a existência dos racistas, rejeitando inclusive, resultados das pesquisas científicas realizadas nos “anos de 1950 a 1960 por renomados pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, João Baptista Borges de Pereira, Thales de Azevedo³⁴ etc., que, seguindo os passos da Frente Negra Brasileira (FNB)³⁵, ratificaram a existência de práticas racistas na origem das desigualdades entre negros e brancos” (MUNANGA, 2012, p. 13).

Em consequência disso, na observação de Florestan Fernandes (2017), a população negra de então se embrenha em uma terrível tragédia social. Em que na sociedade, ele apenas estava presente, sem ser participante ou sendo participante de maneira ocasional. Essas condições histórico-sociais, segundo Fernandes, alimentaram as preservações de velhas estruturas sociais e mentais.

³⁴ Intelectuais sob a liderança de Florestan Fernandes que fizeram parte do movimento que ficou conhecido como sendo “a escola de São Paulo”.

³⁵ Frente Negra Brasileira (FNB) foi a mais destacada entidade negra no Brasil, Com um Programa preestabelecido de luta, visava conquistar posições para o negro em todos os setores da sociedade brasileira, disponível em < <https://bit.ly/3vg3lXM> > acesso em 22/05/2020.

Foi criado ali o refugio social, os cidadãos de segunda classe, os rejeitados do sistema. Entretanto, esse cidadão, o negro, para Fernandes vivia nesse drama geograficamente em vários espaços, mas principalmente, nas grandes cidades, acompanhando de perto como alguns, com raríssimas exceções, se tornavam “gente” e descobriam um lugar ao sol, enquanto a grande maioria vegetava.

O velho dilema que se reproduzia. O preconceito e a discriminação se ressignificava, readaptava, se reconfigurava e se ocultava por trás do tratamento racial que Florestan Fernandes classificou como assimétrico, por parte do branco da classe dominante (e de outros tipos de brancos); das iniquidades sociais, econômicas e culturais; da concentração racial de renda e da desigualdade racial extrema – e foi empurrado a aceitar e a engolir tudo isso!

Para o autor não havia como lutar e romper socialmente com o sistema nefasto e excludente que o marginalizou, pois, o preconceito e a discriminação fecharam as oportunidades de integração ocupacional ou no mínimo a restringiu. Estes fatores, conseqüentemente, têm reflexos diretamente na vida social, econômica e acesso a saúde dessa população.

1.2.7. Branquitude e Branquidade e o não-lugar do branco

Contudo, além dos esforços e estudos consistentes realizados referentes ao tema, existem ainda algumas dificuldades que são impostas quando se propõe discutir racismo antinegro na sociedade brasileira. Observa-se, por exemplo, um fenômeno que dificilmente é tratado nos estudos, entre as (os) autoras (res) e pesquisadoras (es) nas produções acadêmicas.

Trata-se da ausência do branco como sujeito partícipe e fundante do problema racial na sociedade brasileira. Estes são tratados como figuras inexistentes, se distanciam do problema, se isentam de toda e qualquer culpabilização, se negam discutir os privilégios que a branquitude e a condição de não negro lhes garantem. Para, Lia Vainer Schucman³⁶, resume em sua tese o conceito de branquitude como “uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas

³⁶ SCHUCMAN, Lia Vainer. In *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP – 2012.

pelo racismo” (SCHUCMAN, 2012, p. 7). A autora se refere a uma situação em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos negros.

Schucman busca nos referenciais do escritor e pensador tunisiano Albert Memmi, que segundo ela também serve de base para os estudos sobre branquitude, em sua publicação de 1957, *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*, o autor analisa a situação tanto do colonizado quanto do colonizador. Para a autora, ao descrever as consequências da colonização não só para o colonizado, mas também para o colonizador, Memmi se aproxima dos estudos da branquitude que coloca a lógica opressora em xeque (SCHUCMAN, 2012, p. 20).

Da mesma forma que se discute negritude, também se faz necessário discutir a branquitude e branquidade pois, esses conceitos, funcionam para sociedade branca como um selo e garantia de direitos e privilégios.

Para Iray Carone e Maria Silva Bento (2018), quando trazem essas reflexões, avaliam os aspectos específicos da cultura do preconceito no Brasil, estes não podem ser negligenciados nem contidos nos esquemas gerais da chamada literatura do preconceito.

De acordo com as autoras, Branquitude e Branquidade, são sem dúvida, os traços de uma cultura ainda marcada pelos restos perversos da escravidão e pelo processo histórico da mestiçagem no Brasil. A propalada democracia racial brasileira foi contestada nos anos de 1950, pelo vigoroso empenho sociológico da chamada “escola paulista” da Universidade de São Paulo³⁷, mas ainda persistem outras formações ideológicas em nossas mentes.

Para Silva Bento, nos aspectos importantes da branquitude no Brasil, se faz necessário observar alguns outros fatores como, por exemplo, o medo que alimenta a projeção do indivíduo branco sobre o sujeito negro, os pactos narcísicos entre os brancos e as conexões que estão colocadas na possibilidade de ascensão negra e o branqueamento que serão abordados que se permita que isso ocorra. Isto é, a

³⁷ Grupo liderado por Florestan Fernandes e que contava com a participação de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, João Baptista Borges de Pereira, Thales de Azevedo que compunha a “Escola de São Paulo”.

possibilidade do negro de ocupar determinados espaços, mas que estes estão delimitados como o seu não lugar.

Percebe-se então que nesse processo, segundo a autora, o branco pouco aparece, a não ser como modelo universal, logo merecedor da sua presença em todos os espaços de destaque e poder e, por isso, alvo de suposta inveja e desejo dos outros grupos raciais não brancos, diferentes e considerados não tão humanos.

Essa realidade naturalizada da não presença destes grupos considerados inferiores enquanto classe, tem como consequência não só a negação de acesso aos direitos básicos e universais, como escancara a estrutura racista existente imposta à população segregada às piores condições de moradia, subemprego, precariedade e a negação de si mesmo.

1.2.2.6. Genocídio da população negra

Nesta seção discute-se o problema da (in) segurança pública que envolve a população negra, ou como alvo preferencial, a juventude negra brasileira. De acordo com os estudos de Geisa Matos (2017), o Brasil possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo. Dados recentes divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) mostram o país como o 11º mais violento do planeta, com 32,4 homicídios para cada 100.000 pessoas nascidas. De acordo com a Anistia Internacional (2015), 56.000 pessoas foram vítimas de homicídios em 2012 no Brasil, sendo que 30.000 eram jovens e 77%, negros.

Em 2016, esse número sobe ainda mais, alcançando 59.080 homicídios, de acordo com o Relatório Atlas da Violência 2017 (IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Ainda, para Matos, nesse mesmo relatório, entre 2005 e 2016, aponta que a violência contra jovens e negros cresceu 18%. Esses números se referem a um amplo conjunto de motivações para os crimes e perpetradores – nem todos aí incluídos são crimes cometidos por policiais. No entanto, em todo caso, os negros são a maioria entre as vítimas.

A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil, Renata Neder, tem denunciado que está havendo “um massacre da juventude negra neste País” (Amorim, 2015). Em 2014, a Anistia Internacional lançou no Brasil a campanha “Jovem Negro Vivo”, usando estes números para amplificar a consciência da situação.

São dados expressivos, cujos números demonstram a vulnerabilidade e o quadro de exclusão dessa população, conseqüentemente, escancara o problema do genocídio e extermínio principalmente da juventude negra como um quadro preocupante. O problema da desigualdade social no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA³⁸, não diz respeito apenas a questões socioeconômica, mas passa fundamentalmente por dimensões educacionais, socioculturais e raciais que vem se agravando ao longo do tempo.

Os autores Uvanderson Vitor da Silva, Jaqueline Lima Santos e Paulo César Ramos (2019), afirmam que o crescimento da violência e da criminalidade no Brasil, tem sido um dos grandes problemas sociais nas últimas décadas. Segundo eles, apesar da persistente precariedade das informações sobre Segurança Pública, os indicadores existentes confirmam, com espantosa regularidade, como a onda democrática iniciada nos anos de 1980 e as tímidas iniciativas de reformas das forças policiais e do sistema de justiça ensaiadas ao longo do processo de redemocratização, não impediram os números constantes das taxas de homicídios, do encarceramento, da letalidade policial e os aumentos de crimes contra propriedade.

De certa forma, para estes autores, os estudos sobre a violência e criminalidade no Brasil ocorreram em meio à eminente necessidade de se “construir uma política de segurança pública que anulasse a herança política e organizacional dos mais de vinte anos de Ditadura Militar, período em que forças policiais e o judiciário funcionavam sob a doutrina da ‘Segurança Nacional’ que consistia, entre outras coisas, na perseguição e assassinatos de dissidentes políticos do regime vigente” (SILVA, SANTOS & RAMOS, p. 6).

Assim, a terminologia “chacina” começa aparecer com frequência nos noticiários, passando a fazer parte da linguagem comum e naturalizada da população brasileira. E por outro lado, na visão destes autores, é parca a reflexão acadêmica sobre esse fenômeno; os poucos estudos existentes tratam do assunto de maneira lateral ou analisam questões relacionadas à ocorrência das mesmas, como tráfico de drogas, violência policial, grupos de extermínio, taxas de homicídios e, diante do crescimento exacerbado, e em nome de uma suposta Segurança

³⁸ Plataforma Política: Juventudes contra a violência – *Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra* disponível < <https://bit.ly/3erlMYr> > acesso em 06/07/2020

Pública adota-se a politização da morte, do extermínio como solução de um problema que deve ser combatido com políticas públicas.

A análise de Fátima Lima (2017) sugere que a partir da noção de população e demografia, é que se “constitui como um domínio de saber que terá nos fenômenos populacionais e demográficos seu núcleo de reflexão e investigação, mas não apenas isso, o surgimento da população enquanto fenômeno permitiria que os mecanismos de poder adentrassem à vida e suas possibilidades de controle, sujeição e majoração” (LIMA, 2017, p. 3).

É, portanto, a partir dessas possibilidades de controle que a autora faz referência aos aspectos do pensamento de Michel Foucault (1926-1984) sobre soberania, disciplina, biopoder-biopólitica, fazendo relação com a ideia de necropolítica, como tem sido desenvolvida pelo pensador camaronês Achille Mbembe³⁹ (2016), defendendo a ideia de um “acoplamento entre os diagramas de poder – soberania-disciplina-biopoder-biopólitica-necropolítica – se configurando numa bio-necropolítica que nos coloca frente aos desafios atuais para pensar a emergência e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder” (LIMA Apud MBEMBE, 2017, p. 3), representado pelo Estado.

De forma que, no Brasil, a realidade da violência policial ou ações das milícias tem sido, segundo dados estatísticos, responsáveis pelos crescentes números de mortes por armas de fogo (MAF).). Via de regra, são assassinadas e/ou chacinadas pessoas negras. Dentre os corpos vitimados, são encontrados homens, mulheres, mas, principalmente jovens com idade de 15 a 29 anos.

Para Nilma Lino Gomes, na cultura popular o direito à vida é o primeiro direito. “O direito ao trabalho é o direito ao viver”. O espaço deve garantir o direito à vida. O direito à saúde é também o direito à vida. O povo tem consciência de que “se eu tenho garantido o direito de viver, sou cidadã, sou cidadão, sou ser humano” (GOMES, 2018, p. 01), para a autora, estes dados e as estatísticas sobre a situação de negação do direito à vida da juventude negra são alarmantes. Todos eles revelam o alto índice de letalidade que assolam a nossa juventude de maneira geral e a negra, em particular. Diante desse quadro desolador, a autora tece seus questionamentos:

³⁹ MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo, 2018.

O que se pode esperar de uma sociedade que expõe os seus jovens a um grau alarmante de violência? Que extermina os seus jovens? E, mais ainda, quando esse extermínio tem como recorte de crueldade o fato de a maioria desses jovens serem homens e mulheres negras? As ciências criminais serão capazes de nos ajudar a descriminalizar essa juventude e se contrapor ao seu extermínio? O sistema de justiça consegue, de fato, fazer justiça? A educação se preocupa com essa questão? A justiça será capaz de condenar aqueles que são protagonistas desse extermínio? Os direitos humanos serão capazes de proteger esses jovens? O Estado assumirá sua função de proteger a vida dos jovens negros e condenar o seu extermínio? A escola, principalmente a pública, entenderá o seu papel de proteção à vida e não somente de ensinar matemática e português? De preparar para o ENEM? De ascensão social? Como falar de ascensão social em contextos escolares nos quais as salas de aula iniciam o ano com um determinado número de adolescentes e jovens vivos e terminam com a metade da turma morta em situações mais diversas de violência? (GOMES, 2018, p. 2).

Diante destes questionamentos e angústia da falta de perspectivas e sonhos Lino Gomes, expressa sua preocupação se referindo a uma experiência vivida em um trabalho extra academia, quando relata: “Em um dos meus encontros com organizações da juventude negra uma jovem me fez uma afirmação de muita lucidez e sofrimento para alguém com apenas 20 anos de idade”. Segundo ela:

A vida do jovem negro não tem valor. Qualquer um pode nos matar. Somos um incômodo para essa sociedade. Somos vistos como extermináveis para a polícia, para o tráfico, para as milícias, para a classe média. Não podemos circular na cidade sem olhares de medo e reprovação. ‘Isso não é vida’. (GOMES, 2018, p. 2)

Dessa forma, verificamos que as consequências do problema são geradoras de um estado de exclusão e extermínio de uma parcela da população a de negras (os), herança das situações observadas desde o período dos anos de 1980. As alarmantes taxas de mortalidade da população e, em especial, a juventude negra são resultados de uma série de outras violências sofridas, provocadas principalmente pelo desrespeito e não cumprimento de normas constitucionais e política pública⁴⁰. Portanto, se faz necessário rever as estratégias, as políticas de segurança e proteção da cidadania que incidem de forma diferenciada sobre as populações branca e negra. A omissão e distanciamento estatal contribuem ainda

⁴⁰ Lei 12.288 de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em < <https://bit.ly/2QpBLzx> > acesso em 8/07/2020.

mais para a naturalização e a banalização dessas violações, por parte de variados setores da sociedade, resultando na culpabilização das vítimas pelos agentes do próprio Estado.

1.3 ANCESTRALIDADE COMO IDENTIDADE DO POVO NEGRO

Embora, em nenhum momento Fátima Oliveira abordasse teoricamente a ancestralidade, defende-se nesta dissertação que a sua vivência pode ser compreendida a partir do que se entende atualmente como ancestralidade. Por isso, desenvolve-se aqui brevemente o tema quanto as suas multirreferencialidades e as diversas possibilidades de abordagens.

1.3.1 O testemunho de Hampaté-Bâ

A Ancestralidade para os povos africanos e da diáspora negra brasileira concebe algumas possibilidades de leituras dos valores relacionados ao povo negro, que se encontram nos vários aspectos da sua vida. Desde a definição de pessoa, sua existência, a concepção, o nascimento e o seu desenvolvimento, a vida adulta. Para uma abordagem explicativa, valemo-nos dos escritos de Amadou Hampaté Bâ⁴¹ que, de antemão, argumenta não ter a pretensão de apresentar “uma noção de pessoa que valha para toda África Negra, mas sim, limitar-se às tradições de dois grupos malinense, nomeadamente àquelas das etnias Fula e Bambara” (HAMPATÉ BÂ, 1981, p. 1).

Para essas etnias, segundo Hampaté Bâ, há sempre a pergunta: o que é a pessoa? De acordo com autor, tanto para os Fulas quanto aos Bambara, possuem dois termos próprios para designar a pessoa. São eles: a) *neddo e neddaaku* e b) *maa et maaya*. A primeira palavra de cada um desses quatro termos, conforme Hampaté Bâ, significa “pessoa” e a segunda “as pessoas da pessoa”. Por que “as pessoas”? O autor explica que a tradição ancestral africana ensina, que há primeiro

⁴¹ HAMPATÉ BÂ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático de: La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros.

Maa: pessoa receptáculo, e *Maaya*: diversos aspectos de *Maa* contidos em *Maa* receptáculo.

Ora, partindo desse princípio, Hampaté Bâ exemplifica com uma expressão da língua Bambara: “*maa ka maaya ka ca a yere kono*” que segundo ele significa: “As pessoas da pessoa são múltiplas na pessoa”. A mesma ideia é encontrada entre os Fula, explica o autor. Assim, para uma melhor compreensão, Amadou Hampaté Bâ, narra uma situação que ilustra bem esse modo de ser: “minha própria mãe, cada vez que desejava falar comigo, primeiro fazia vir minha mulher ou minha irmã, e lhes dizia: ‘Eu desejo falar com meu filho Amadou, mas eu gostaria, antes, saber qual dos Amadou que o habita está presente neste momento’” (HAMPATÉ BÂ, 1981, p.1). Percebe-se, portanto, conforme a narrativa do autor, tratar-se de uma noção de pessoa muito complexa, que comporta uma multiplicidade interior, de planos de existência diferentes ou sobrepostos, e uma dinâmica constante.

A Existência: a explicação lógica para definir e entender a existência, Hampaté Bâ, faz sua analogia na figura de *Maa* como o receptáculo visível e palpável que serve de invólucro e suporte a outros aspectos, porém mais sutis, da pessoa humana. Então reafirma este ser como sendo ao mesmo tempo, simples e múltiplo. Ele comporta elementos físicos, psíquicos e espirituais. Logo, para o autor, é aquilo que se mostra, mais fácil para se compreender a existência física. Ela vai desde a concepção da criança, *lasiri*, à sua mudança de lugar, *somaye/ema* - dito de outro modo, sua morte. Isto é, o nascer, o viver e o morrer.

A Concepção: a existência física que inicia com a concepção, Hampaté Bâ, nos informa que ela é precedida de uma preexistência cósmica. Neste estado, afirma o autor, supõe que o homem vive num reino de amor e de harmonia, chamado *benke-so*. *Benke* tornou-se a palavra que serve para designar o tio materno. E, para legitimar e que não haja nenhuma dúvida sobre a responsabilidade do tio em relação ao cuidado da criança, o autor reafirma com o questionamento: “Não será permitido supor que o papel sagrado e muito preponderante atribuído ao tio na vida da criança, e toda a lei matriarcal, remonta sua origem a esta concepção”? (HAMPATÉ BÂ, 1981, p.1). Neste caso, Hampaté Bâ exalta a importância e a função do tio, isto é, o irmão mais velho que assume a responsabilidade dos cuidados da criança, na falta da mãe.

Com efeito, segundo o autor, o tio simboliza a força masculina presente na força maternal, que é feminina. Isto em virtude de uma lei tradicional que almeja o

masculino e o feminino sejam inseparáveis. Eles se encontram ao mesmo tempo na mulher e no homem. Desse modo, o autor reafirma que a tia paterna é considerada como a imagem da força feminina que se faz presente na força paternal masculina.

O nascimento: Quanto ao nascimento, Hampaté Bâ relata que o papel da mãe na procriação, e depois do nascimento, é muito maior na tradição africana, que aquele do pai. A mãe, afirma o autor, depois de ter desenvolvido a criança dentro de seu útero durante nove meses, continua a cuidá-la, tradicionalmente, durante vinte e quatro meses. Assim, somente após trinta e três meses de existência que a criança deixa de precisar de sua mãe para se alimentar e pode fazê-lo diretamente sem tomar qualquer complemento vindo dela.

Hampaté Bâ relata que outrora, segundo costumes Bambara, uma criança não era desmamada antes dos dois anos. Portanto, nesse período puerpério, o da amamentação, a mulher permanecia proibida a seu marido durante todo esse tempo de aleitamento. Para os Bambara, segundo o autor, a vinda de uma criança ao mundo é um acontecimento importante e às vezes grave. Existem três tipos de nascimento: 1 - o *ji-bon* ("água versada"): aborto, 2 - *banngi* (parto): nascimento no prazo, 3 - *menkono*, ou *nyanguan* (parto tardio): nascimento depois do prazo. Estas situações aconteciam tal como segue:

1. O parto *ji-bon* é maléfico. Ele revela que espíritos maus, no momento da copulação, conseguiram penetrar na vagina da mãe e deformar o molde do útero. A mulher é então submetida a um exorcismo especial que inclui ritos e curas, com vista a deixar as coisas no lugar. Este tratamento pode incluir um isolamento total da doente. 2. - O parto *banngi* é um acontecimento feliz, não somente para os pais do recém-nascido, mas para sua vila, sua tribo, país e, numa perspectiva mais vasta, a humanidade toda. O nascimento de uma criança é a prova palpável que uma parcela da existência anônima é destacada e encarnada com vista a cumprir uma missão sobre nossa Terra. O batismo é uma cerimônia no decurso do qual dão um *togo* (nome) ao recém-nascido. O *togo* define o pequeno indivíduo. Ele o situa dentro da grande comunidade. É por isso que sua atribuição é consagrada por um rito especial chamado *kun-di* (raspagem da cabeça). 3. - O parto *menkono* prenuncia o nascimento de um ser extraordinário: o *nyanguan* (suprafeiticeiro). A criança *menkono* vem ao mundo investida de um poderoso potencial. A tradição exige que tomemos precauções para orientar o caminho do *menkono-nyanguan*. Os rituais de prece, os banhos e os cuidados sagrados devem ser administrados afim que seu ser profundo não se adentre nos turbilhões nefastos que criam os grandes gênios do mal. (HAMPATÉ BÂ, 1981, p. 2).

Após a exposição sobre a concepção e os três tipos de nascimento, Hampaté Bâ, ocupa-se em explicar como se dá o desenvolvimento, que consiste na trajetória traçada para o *bannji* ou *menkono*.

O Desenvolvimento: Quanto ao desenvolvimento físico, segundo o autor, cumpre ser os grandes períodos do crescimento do corpo, sendo que cada um corresponde à um grau de iniciação. A iniciação, conforme Hampaté Bâ, tem o propósito de dar à pessoa física um poder moral e mental que condiciona e ajuda a realização perfeita e total do indivíduo. Assim, para o africano:

A vida física compreende 18 fases, sendo 9 ascendentes e 9 descendentes. Cada uma dessas fases compreende 7 períodos de um ano. A primeira fase se estende do nascimento aos 7 anos. É a pequena infância, período em que a pessoa em formação requer a maior quantidade de cuidados possível. A mãe é a grande agente dessa época fundamental. Nessa idade, a criança depende totalmente de sua mãe. Ela é, a seus olhos, a maior força e o Ser mais instruído do mundo. A criança se refere apenas a ela. Ela é seu critério, seu refúgio, sua instrutora, seu tudo ao mesmo tempo. Nesta fase de sua vida, a criança é, como um pedaço de argila, moldável à vontade. A criança estará durante muito tempo sob a influência e sobre o caminho traçado por sua mãe. Por esta razão, há um ditado popular no Mali que diz: “Tudo isso que nós somos e tudo isso que nós temos, nós o devemos uma vez a nosso pai, mas duas vezes à nossa mãe”. A segunda fase, vai dos 8 aos 14 anos; a terceira dos 15 aos 21 anos; a quarta dos 22 aos 28 anos; a quinta dos 29 aos 35 anos; a sexta dos 36 aos 42 anos; a sétima dos 43 aos 49 anos; a oitava dos 50 aos 56 anos; e a nona dos 57 aos 63 anos. Aqui acaba o período ascendente. O homem, nessa idade, atinge o ponto culminante de sua vida. É o zênite do céu de sua vida. A partir dessa idade dos 63 anos, o (a) homem/mulher, começa então a fase descendente, que se efetua em 9 períodos paralelos aos 9 ascendentes. A partir dessa idade, o homem inicia seu declínio, começa então com uma diminuição progressiva de suas forças físicas e psíquicas (HAMPATÉ BÂ, 1981, p. 3).

Obviamente, esse esquema não é imperativo, “um (a) homem/mulher pode morrer em qualquer estágio de sua vida. Mas se ele (a) vivesse até os 126 anos – a soma dos dois períodos ou mais - a regra geral faria com que ele (a) regressasse à infância do espírito e à fragilidade do corpo” (HAMPATÉ BÂ, 1981, p. 3).

1.3.2 Ancestralidade vivida nas comunidades africanas

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo que nos transmitiram, assim como é o Baobá que já existe em potencial em sua semente (BOKAR Apud HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

Nessa seção abordamos os valores, heranças, e as representações simbólicas da ancestralidade vivenciadas nas comunidades africanas. O povo africano tem uma relação intensa com sua comunidade, com seu passado, cujos valores culturais se constituem em sua própria história que é resultado de testemunhos orais transmitidos de geração em geração, e que se traduz como veículo de maior importância simbólica na tradição africana, a tradição oral.

Para Hampaté Bâ, toda e qualquer tentativa de acessar a história e o espírito dos povos africanos, não terá validade “a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, transmitido de boca a ouvido de mestre a discípulo ao longo dos séculos” (HAMPATÉ, 2010, p. 3). Essa herança, ainda não se perdeu, de acordo com o autor, reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória, a tradição viva da África.

Para Hampaté Bâ, entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo de herança cultural, o autor tece críticas de que, durante muito tempo, julgou-se que os povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito caiu por terra graças ao trabalho realizado por grandes etnólogos do mundo inteiro, pontua o autor.

Entretanto, Hampaté Bâ observa que, ainda entre alguns estudiosos, o problema se resume em admitir se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. No entendimento de Hampaté Bâ, não é esta a maneira correta de se colocar o problema.

Para o autor, o testemunho, seja escrito ou oral, ao final não é mais que um testemunho humano, e vale o que vale o homem. O que se encontra por trás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual

e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade, assegura o autor.

Enfim, é o compromisso e a ligação do homem com a palavra, reafirma. Resta-nos saber, questiona Hampaté Bâ, qual é a amplitude e abrangência da expressão “tradição oral”? Que realidade veicula, que conhecimentos transmite, que ciências ensina e quem são os transmissores?

De forma que, para o autor, o contrário do que se pode pensar, ou minimizar a abrangência e importância da tradição oral africana, com efeito, ela não se limita a transmitir somente histórias e lendas, ou mesmo a relatos mitológicos ou históricos, e os *griots* também não são os seus únicos guardiões e transmissores qualificados. Na verdade, segundo Hampaté Bâ, dentro da tradição oral, o espiritual e o material não estão dissociados. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo fragmento de cada parte nos permite, segundo o autor, remontar à Unidade Primordial. E isto é o todo da Ancestralidade.

1.3.3 Ancestralidade afrodiaspórica no Brasil

Considerando que, para os africanos e seus descendentes, toda existência é sagrada, quer dizer, há um pouco do divino no todo e em tudo que existe. No Brasil, a noção e as dimensões da ancestralidade chegam com os africanos na travessia do atlântico a partir do século XVI, estes trouxeram a sua cultura nos seus corpos e esta foi reinventada a partir do contexto da escravidão. O que faz com que falar de ancestralidade, no Brasil, seria falar de solidariedade e resistência, como herança e valores da ancestralidade.

Estes valores encontram-se presentes também em outros registros históricos-antropológicos como os quilombos, as religiões afro-brasileiras, irmandades negras, movimentos negros, congadas, rodas de samba, capoeira e imprensas negra. Na mística desses grupos, encontra-se a ancestralidade.

De forma que a religião africana como instituição social e sistema simbólico apresenta-se como espaço privilegiado de alimentação da consciência e valores da ancestralidade, através de seus ritos, seus sacerdotes e adeptos que a ritualizam. Pois, é através dos mitos, as celebrações, os cantos e encantamentos que

desempenham essa função de religar aos deuses, antepassados, à comunidade, ao cosmos e à natureza.

No Candomblé destaca-se, o processo que envolve as cerimônias ritualísticas de iniciação nas chamadas “Famílias de Santo”. Esse processo iniciático ocorre nos períodos de 0 a 7 anos, dos 7 a 14 anos e de 14 aos 21 anos, contados de 7 em 7 anos.

Observa-se, portanto, que esse processo de iniciação se assemelha ao descrito por Hampaté Bâ (1981)⁴² sobre o desenvolvimento da criança, cuja as etapas iniciáticas são contadas de 7 em 7 anos, num período que vai de “0” a “63 anos”, que se constitui no período crescente do desenvolvimento da criança (homem/mulher), obedecendo 18 fases, e que depois dos 63 anos ocorre o processo decrescente, até à sua mudança de lugar, *somaye lema* - sua morte.

Mas, voltando ao processo da iniciação (o nascimento), nas “Família de Santo”, as fases da iniciação ou feitura na nação Ketu é de 21 dias (podendo variar de casa para casa). O fiel é considerado um *abiã* – termo dado às pessoas que começa frequentar a Casa (Terreiro) ou nas primeiras manifestações na religião.

Para saber se uma pessoa (Abiã) pode ser iniciada ou não, nos Candomblés, após algumas manifestações da divindade (*Orixá*), o *Babalorixá* (Sacerdote) ou a *Iyalorixá* (Sacerdotisa), consulta em seu Oráculo de Ifá, jogo de búzios (*merindilogun*), onde terá as respostas, essa é uma das formas de saber.

Outra forma é quando em uma festa na Casa (*Terreiro*) e durante a cerimônia (*Xirê*) de Candomblé ocorre a manifestação da divindade (*Orixá*) à sua pessoa. Esse fenômeno é também conhecido como “Bolar no Santo”, é a declaração pública da divindade (*Orixá*) que em determinado momento manifesta a necessidade da iniciação de seu filho, nesse caso o *Babalorixá* (Sacerdote) ou *Iyalorixa* (Sacerdotisa), também faz a sua consulta no Oráculo (*jogo de búzios*) para saber qual é o seu *Orixá*.

Após a confirmação do *Olori* (*dono da cabeça*) da pessoa, a (o) fiel fica recolhida (o), se torna um (*laô*), e longe da vida profana e da família biológica,

⁴²Hampaté Bâ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático de: Hampaté Bâ, Amadou. La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros.

devendo desligar-se de tudo e dedicar-se totalmente aos ritos de iniciação ou passagem (*nascimento*). Salienta-se que todo o ritual da iniciação não é público. Também essa iniciação só pode ser feita por uma *Iyalorixá* ou *Babalorixá*.

Quanto ao fato da pessoa ser recolhida para ser *laô*, *Ogan* ou *Ekeḍi*, essa situação só será resolvida durante a iniciação. Se a pessoa recebe a manifestação da divindade, (*entra em transe*) será um *laô elegun*, se não e for homem, será um *Ogan*, se for mulher será uma *Ekeḍi*.

E, a partir dos sete anos de iniciada, a pessoa se torna um *ébomi* (*irmão iniciado mais velho*) ao completar seu aprendizado, que se constitui nos preceitos do Candomblé. Mas, a aprendizagem para os Ébomi é a vida toda, pois estará sempre aprendendo. De forma que, o período completo ocorre de 0 a 7 anos, de 7 a 14 e de 14 a 21 anos, onde cada etapa o fiel vai fazendo suas obrigações correspondente ao ano do processo. Observa-se, portanto, que ambos os processos descritos estão relacionados à herança e aos valores da Ancestralidade, tanto na família biológica quanto nas chamadas Famílias de Santo.

1.3.4 Ancestralidade teorizada

J ancestralidade enquanto teoria, é possível abordá-la em duas vertentes, ou seja, a ancestralidade que concerne a vivência, tanto prática quanto subjetiva e as teorias epistêmicas e descritiva. A respeito da ancestralidade subjetiva e vivenciada, fizemos já alguns apontamentos acima nos relatos de Amadou Hampaté Bâ, da tradição viva africana correspondente ao processo de compartilhamento dos saberes e conhecimentos da ancestralidade.

Da mesma forma, abordamos alguns aspectos da ancestralidade vivenciada nas chamadas Famílias de Santo no processo de iniciação ou feitura (*nascimento*) com base na Cosmopercepção africana, cujos valores físicos, subjetivos e simbólicos passam a fazer parte da vida dos iniciados. Sugere-se que estes valores físicos, subjetivos e simbólicos sejam os que Fátima Oliveira os tenha adquiridos, exercitados e vivenciados em sua trajetória.

Ainda sobre a Ancestralidade teórica em sua práxis e vivência, recorreremos à reflexão de Ivo Queiroz⁴³, apresentada durante uma locução sobre Ancestralidade Africana. O autor recordou um momento de mesa redonda na UTFPR. Uma senhora, quilombola da comunidade/quilombo João Surá-Adrianópolis/PR, manifestou a preocupação daquelas famílias quilombolas, que se encontravam ameaçadas por um projeto de uma empresa que insistia em construir um complexo hidroelétrico próximo ao território quilombola. Aquela senhora questionava: - Se efetivarem esse projeto, o que será da comunidade?

O episódio apresentado fez o professor refletir e, olhando para aquela plenária, questionou: - Será que as pessoas que ali se encontravam, teriam entendido a preocupação daquela mulher?

Com efeito, ela, indignada, afirmava: “se construírem um lago lá, vai fazer desaparecer o cemitério!”

Para o autor era legítima e profunda a preocupação daquela mulher sobre o significado daquele espaço sagrado onde repousavam os seus antepassados. Queiroz também exemplifica, narrando a visita que fizera ao cemitério onde descansam seus avós. Afirmando, minha avó aquela “cujas mãos me receberam neste mundo”, ali naquele momento ao narrar a cena, Queiroz pontuou os três fundamentos básicos da ancestralidade, a mãe progenitora, a avó a anciã e o nascimento, a nova vida e o espaço onde se presume ser o lugar de passagem para o “Orum”⁴⁴.

Queiroz observa, “no cemitério a gente chora, não porque estamos entristecidos, mas por que é uma oportunidade de restaurar um pouco do que nós somos, ou de lembrarmos para onde deveríamos estar indo.” Ainda, na mesma linha de pensamento, Queiroz refletia: “a mente, os pressupostos, os valores do povo negro trazem elementos, vozes que (não sabemos bem de onde), mas é isso que faz que sejamos o que a gente tem sido, essas vozes estão em nós, falam em nós”,

⁴³Conferência – *Frantz Fanon, genocídio do povo negro e bioética: uma questão antropológica*. Disponível em < <https://bit.ly/2Pirox0> > acesso 23/06/2020.

⁴⁴Orun: No Candomblé se refere ao mundo dos espíritos, que se opõe ao universo físico (Aiê=Terra). Disponível em < <https://bit.ly/3axlv5i> > acesso em 29/07/2020.

são os valores da ancestralidade presentes em todos os momentos de nossa pré-existência, presente e futuro (QUEIROZ, 2020).

Dessa forma, o ancestral, para Queiroz, não é um culto ao passado, como se pressupõe, é muito mais, é energia, o Elã Vital nas perspectivas dos futuros possíveis, desejáveis e necessários.[...] Nas tradições africanas é um princípio basilar.

Para o autor, numa comunidade negra africana, têm três tipos de habitantes: nós que estamos aqui, os nossos antepassados que já se foram para o “orun” e os nossos descendentes que ainda virão, não podemos fazer nada sem considerar esses três participantes.

Busca-se ainda, no Brasil, nos estudos de Eduardo Oliveira, que em seus escritos nos apresenta os conceitos da Ancestralidade in: *A Ancestralidade na Encruzilhada: dinâmica de uma tradição inventada*; *Filosofia da Ancestralidade: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira*; *Filosofia da Ancestralidade, Epistemologia da Ancestralidade, Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira*, OLIVEIRA (2001-2005-2012-2016) abre-se, portanto, outras possibilidades de se produzir conhecimentos cuja multirreferencialidade incentivou autores e autoras no desenvolvimento de seus textos dissertativos, de certa forma, beberam na fonte de Oliveira. Referenciais como: *Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação*; *Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira*, MACHADO (2014-2017); *Ancestralidade como conceito ético-jurídico*, SÃO BERNARDO (2018); *Justiça como ancestralidade: em torno de uma filosofia da educação brasileira*; *O Poder de Matar e a Recusa em Morrer: Filopoética afrodiaspórica como Arquipélago de libertação e Ancestralidade Poética*, SANTOS (2014-2015-2019-2020).

Assim, a ancestralidade torna-se o signo da resistência na diáspora brasileira protagonizando a construção histórico-cultural do negro no Brasil e, sobretudo, empenha-se na construção de um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável, na reverência à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos e na vida comunitária, entre outros.

1.3.5 Ancestralidade Viva de Fátima Oliveira

O que nos faz o que somos ao nascer é o que herdamos de nossos ancestrais.
(OLIVEIRA, 2002, p. 3).

Neste item analisaremos não apenas a ancestralidade viva por Fátima Oliveira, mas também como a pressupõe em suas práticas e sua forma de encarar a vida, uma encarnação da ancestralidade. É possível identificar em tais práticas uma conduta às vezes radical em suas cobranças por justiça, noutras doce, calma, paciente e diplomática. Porém, num Brasil de profunda desigualdade social e racial, com ausência de políticas públicas de saúde com especificidade étnico-racial, nem sempre havia indiferença ancestral diante de descasos. Entretanto, preencher essas lacunas sempre teve em Fátima Oliveira nome obrigatório nessa arena, como a própria personificação ancestral.

Em seu artigo *O Futuro é Ancestral*, Katiúscia Ribeiro⁴⁵ (2020), tece algumas reflexões e analisa como o modelo ocidental apagou de nossas mentes ou, de certa forma, inibiu o nosso olhar, o nosso sentir e viver da nossa herança ancestral.

A autora observa que quase não se fala sobre ancestralidade, como se estivéssemos desconectados de nossa herança. Em suas análises, Ribeiro conclui, “nossa ancestralidade é a vida em suas mínimas formas como respirar, ‘ancestralizar’ é viver” (RIBEIRO, 2020, p. 3). Assim sendo, em se tratando de Fátima Oliveira, é possível afirmar que em todo tempo ela se fez *ancestralizar e viver*.

Oliveira talvez não tivesse essa percepção explicitada, mas a ancestralidade pulsava em seu corpo, tanto que adquiriu a dimensão de uma tecnologia de enfrentamento da realidade que se configurou no seu modo de ser, isto é, uma mulher que assume compromisso com sua comunidade, embora não houvesse promessa verbalizada, mas trazia na mente imagens vivenciadas por uma garotinha de oito anos que observava cenas quase que diárias e, não obstante, sempre angustiantes: Da janela da sua casa, assiste uma pequena procissão a caminho do cemitério. Um caixãozinho azul é o abre-alas dos adultos com sombrinhas sob o sol

⁴⁵ RIBEIRO, Katiúscia. In: *O Futuro é Ancestral*. Texto publicado em 19/11/2020 no Le Monde Diplomatique < <https://bit.ly/3gyDDjZ> > acesso em 28/11/2021.

escaldante. A avó da menina tenta confortá-la: “É enterro de um anjinho. Ele vai direto para o céu. A menina não contém o choro, está assustada com tantas mortes. Em uma manhã daquelas semanas, a mãe de uma coleguinha morreu. De parto” (POMPEU, 2005)⁴⁶.

A partir dessas vivências a garota Fátima Oliveira decidiu que seria médica com vista a reverter aquela realidade da mortalidade materna e infantil, cujas vítimas eram mães e crianças negras. Aquelas imagens marcaram sua vida para sempre. Vai para a Universidade no curso de medicina e se depara com outra realidade igualmente impactante, um quórum mínimo de negros. Isto é, uma representação absolutamente minoritária de alunas (os) negras e negros.

Essa realidade não a desanima, pelo contrário, reforça a fidelidade dos seus propósitos e aprofunda sua dedicação na busca dos seus ideais, personifica sua práxis ancestral. Em sua lida diária, já médica formada, ao instruir alunas e alunos residentes no Hospital das Clínicas, alertava: “Toda vez que uma negra (o) entrar aqui, vocês devem medir a pressão, dizia: pressão alta é comum entre as pessoas negras e esse dado raramente é estudado nas faculdades de Medicina” (POMPEU, 2005). Orientação repetida diariamente como um mantra.

Em meio às suas frenéticas atividades, ela ainda arranjava tempo para conviver com seus cinco filhos e os netos. “Adoro a casa cheia. Venho de uma família que não cria cachorro nem gato. Cria gente. Talvez por isso, ela era capaz de ler e escrever ao mesmo tempo que um filho ouve música, outra filha conta uma história e os netos a chamam para brincar” (POMPEU, 2005).

Fátima Oliveira viveu a ancestralidade em todas as suas dimensões, a filosofia da ancestralidade com suas conversas e seu pensar, a epistemologia da ancestralidade com suas publicações e a Ancestralidade do Encantamento com seus debates e argumentações participando dos eventos. Assim como viveu a bioética, adotando ambas como tecnologias para seu fazer profissional, social e filosófico.

Dessa forma, a lealdade e, sobretudo a responsabilidade com que Fátima Oliveira adotou e associou aos seus propósitos do ser médica, na promoção de ações voltadas para reverter uma situação vivenciada, ainda na infância, razão

⁴⁶ Disponível em < <https://bit.ly/3tK0wVD> > acesso em 02/01/2021.

principal que a fez incorporar a ancestralidade e a bioética como práxis diária em sua vida.

Nesse sentido, ainda rememorando Katiúscia Ribeiro: “Pensar a ancestralidade não está em compreender qual o sentido da vida, a partir de texto complexo e termos difíceis, está em viver em movimento e sintonia com a vida, este eterno vir-a-ser, é uma roda, sem fim, porque o futuro é ancestral” (RIBEIRO, 2020, p. 4). Fátima Oliveira recebeu essa herança do vir-a-ser, dedicou todo seu viver nessa roda sem fim visualizando um futuro com predominância na igualdade.

CAPÍTULO 2: A VIVÊNCIA E MILITÂNCIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

Este capítulo abordamos com mais profundidade a vida e a obra de Fátima Oliveira. Apresentamos o itinerário da autora, sua dedicação à saúde onde ela insere sua perspectiva bioética e sua militância em prol da população negra. Deste modo, argumentamos que Fátima Oliveira, do mesmo modo que atua como médica, sua atuação não se separa da inserção na Bioética e uma vivência intensa com a ancestralidade. Com isto, argumentamos que a ancestralidade é mais que um quesito da sua própria identidade e mais que um elemento teórico. Ou seja, em Fátima Oliveira há uma vivência da ancestralidade e não uma teorização do tema.

2.1 O ITINERÁRIO DE FÁTIMA OLIVEIRA

Neste item trabalhamos com informações levantadas sobre essa pessoa cuja trajetória de vida motivou a realização do estudo. Ao idealizarmos pesquisar sobre políticas públicas na área da prevenção e promoção da saúde para a população negra, deparamos com outros temas correlatos, como direitos sexuais, direitos reprodutivos e em defesa da saúde da mulher negra. Diante desses temas era recorrente o nome da médica, pesquisadora e ativista dos movimentos sociais, Fátima Oliveira.

2.1.1 Breve perfil de Fátima de Oliveira

Consideramos de suma importância a busca dessas informações identitárias para o desenvolvimento da pesquisa, numa perspectiva de retomar os estudos de Fátima Oliveira como uma forma de reintegrá-la à vida acadêmica e que possibilite novos estudos e acesso aos novos bioeticistas.

Para tanto, buscamos nos referenciais e material pesquisado, respostas sobre a saúde da população negra e às questões formuladas nesta pesquisa com base na ancestralidade e bioética. E, uma vez mais, as páginas do Géledes serviu-nos como fonte para a busca de informações mais detalhadas sobre a autora,

dados estes publicados integralmente na tese de doutorado de Sueli Carneiro⁴⁷ que dedica capítulo inteiro à nossa personalidade no qual, através de depoimento, narra sua história, que Carneiro inicia com uma breve apresentação:

É médica, fumante e carnívora empedernida. Mãe de três filhos naturais, mais um adotado, filho de um irmão que perdeu a mulher no parto e de uma menina que lhe foi dada aos 11 anos e que lhe deu os netos que ela mima e estraga com orgulho. Trabalha como um animal porque diz que tem fama de preguiçosa dentro de sua família e como de fato acha que isso é verdade, faz tudo com muita prontidão para se livrar logo. Mentira. Criou cinco filhos entre uma viuvez e um outro casamento. Ela dá plantão semanalmente, viaja pelo país e o mundo inteiro representando a Rede Feminista de Saúde. É autora de quatro livros, sendo o último um romance sobre aborto em relações de mulheres e padres. É ainda uma das poucas mulheres negras que tem coluna semanal num veículo da grande imprensa. Escreve na coluna de Opinião do Jornal O Tempo, de Belo Horizonte. Caixeira viajante, viveu em Imperatriz e São Luiz, no Maranhão, em São Paulo e fixou-se agora, sabe-se por quanto tempo, em Belo Horizonte (CARNEIRO, 2004, p. 227).

Foi no âmbito da militância feminista que Sueli Carneiro afirma ter conhecido Fátima Oliveira e, segundo ela, por anos guardou reservas quanto à sua filiação partidária. Mas, isso também não impediu deixar-se seduzir por sua independência, coragem e capacidade de pensar e agir pelas causas que abraçara. Por sua luta fez muitos desafetos e, por vezes, comprava brigas de graça. “Ela era uma monstrixinha” (sic), completa Carneiro. De forma que em seu testemunho, Fátima Oliveira inicia dizendo:

Nasci em Graça Aranha, no médio sertão do Maranhão, uma cidade pequena, possui apenas dois mil eleitores. Na época em que nasci, era um povoado chamado Palestina. Sou a primeira médica nascida lá e também a primeira professora primária. Sou de uma família de pequenos proprietários rurais. O meu pai era um comerciante e o meu avô dono do açougue e pequeno fazendeiro. Por ser a primeira neta, e por uma tradição de minha família e o fato de minha mãe ser filha única e morando em outro povoado, quando fui nascer, mamãe foi pra casa da minha avó e lá ficou durante um ano. Depois papai resolveu fixar residência em Graça Aranha, porém, quando eles se mudaram para a casa deles, a história é que eu fiquei morando com vovó. Por que fiquei morando com vovó? Meus avós eram meus avós e meus padrinhos (CARNEIRO, 2004, p.227)

⁴⁷Testemunho recolhido em 21/12/2004 em Belo Horizonte/MG. Publicado na íntegra na Tese: *Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. CARNEIRO, Aparecida Sueli. Capítulo 7, páginas 227 a 270. Unifest - Universidade de São Paulo (2005). Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001465832> > acesso em 10/ago/2020

Na época era muito comum e quase uma tradição dos primeiros filhos ter essa relação e até ser criados pelas avós, essa foi a realidade de Fátima Oliveira. O fato de ter sido criada pelos avós, Oliveira adquiriu o hábito de chamar os pais pelos nomes e, naturalmente pela convivência, considerar os avós como pais, como ela mesma diz que foi ficando na casa dos avós e lá cresceu e chamava o pai e a mãe pelos nomes deles e os avós, naturalmente chamava de mãe e o avô de “paivelho”.

Depois de Fátima, sua mãe teve mais seis filhos. Portanto, uma família numerosa de três mulheres e quatro homens, como era comum na época. Seu pai morreu quando tinha dez anos. Sua mãe ficou viúva com 25 anos e com sete filhos! No ano seguinte à morte do pai, em 1964, foi estudar em outra cidade. A realidade social do pequeno município de Graça Aranha não era diferente dos demais do Estado do Maranhão, algumas famílias viviam da agropecuária, ou propriedade de pequeno porte, segundo seu relato:

Nessa cidade, as mulheres viviam de quebrar coco babaçu; os homens faziam roça, onde quisessem, onde achassem melhor. O meu avô dizia que ele tinha se mudado para aquele lugar porque tinha nascido e se criado em “terra de dono” e ele queria viver liberto. Portanto, escolheu viver num lugar onde não tivesse “terra de dono”. Graça Aranha era uma região de terras devolutas⁴⁸, isto é, terras sem dono, da União. A base da economia era o coco babaçu; pequenos comércios. Então, lá as terras eram devolutas e as pessoas que criavam gado cercavam a terra apenas o suficiente para ter suas próprias quintas. Não havia a grande propriedade rural (CARNEIRO, 2004, p. 229).

O estudo para seu avô era essencial. O “paivelho”, embora fosse um senhor sem leitura, nenhuma formação escolar, dava muita importância a ela e sua preocupação era tal que no depoimento a Carneiro, Oliveira reafirma:

O Paivelho achava que a educação era um bem importante, que a gente que era preto, que era pobre, era pela educação que a gente iria se tornar importante, porque dinheiro, segundo ele, acabava e o saber ninguém tomava da gente. Então, foi um esforço grande que meu avô fez por todos os netos. A todos os meus irmãos meu avô deu igual oportunidade de estudar. A diferença é que eu fui muito cedo prá uma escola interna. Meu

⁴⁸ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida. Disponível em < <https://bit.ly/3av7BSs> > acesso em 13/11/2020 >

avô mudou-se para Imperatriz porque em Graça Aranha não havia ginásio e ele queria que todos os netos estudassem (CARNEIRO, 2004, p. 233)

Entretanto, em relação a Fátima, o apoio ao estudo foi muito além do acesso ao ensino básico. Ela lembra quando foi para a escola pela primeira vez, a sensação que sentiu e como tomou gosto pelo aprendizado. O gosto pelos livros, mexer com papéis e brincar de escola era o passatempo favorito da garota Fátima. Ela lembra que seu pai era um homem que lia muito, desde criança e ela viu despertar em si essa mesma paixão pela leitura e, antes mesmo de saber ler, lembra que adorava folhear as revistas O Cruzeiro, Seleções e o Almanaque do Pensamento. Seu pai era um excelente contador de histórias, e isso também a fascinava.

Naquela época, a idade para uma criança estudar era 7 anos. Ela via suas amigas mais velhas indo para a escola e chorava, pois tinha 6 anos. Queria ir para escola de qualquer jeito. Havia na cidade uma escola, que se chamava “Escola Rural Humberto de Campos”. Mas, por falta de professor, não funcionava, porque dependia do chefe político do lugar para pagar uma professora para mantê-la funcionando. Até que chegou um professor que montou uma escola particular. Era o professor Izídio. A escola, segundo Oliveira, funcionava num galpão e os alunos precisavam levar suas próprias cadeiras. Não havia divisão de classes, eram todas juntas.

Certo dia, o professor Izídio estava indo para a escola, Fátima estava sentada na calçada de sua casa com seu avô, então pediu que chamasse o professor para saber se ele aceitaria ela na escola. Seu avô o chamou e disse: “Essa menina é doida prá estudar, ela só tem 6 anos, você aceita ela em sua escola? Ele disse: “Pode mandar”.

E foi quando a garota Fátima teve contato com as primeiras letras na escola e, desde então, não parou mais. Seu avô apostara na sua formação sem questionar valores e ou dificuldades financeiras. Foi assim com professor Izidio, como Fátima narra a Carneiro:

Lembro-me que meu avô perguntou quanto que era. Ao ouvir a resposta colocou a mão no bolso e disse: “Vou pagar três meses”. E pagou, ali na calçada. No dia seguinte, fui para escola, levando a minha cadeira para sentar. Apreendi a ler muito rápido. Antes de completar 7 anos eu aprendera a ler a Carta de ABC, a Cartilha e havia lido o livro do primeiro ano primário. Era um livro chamado Vamos Estudar, da Editora Agir. Recordo-me das

histórias desse livro até hoje. Bem, na escola do professor Izídio em um ano eu aprendi a ler e a escrever. Desde então adorava ler e dizer poesia. Decorava, rapidamente, todas das quais gostava. Então não havia mais nada do primeiro ano para ler, portanto fui para o segundo ano. Tudo isso em um ano de escola (CARNEIRO, 2004, pp. 236-237).

Mas, para Fátima Oliveira, o período de estudo que realmente marcou sua vida foi no Colégio Colinense, uma escola particular que pertencia ao padre Macedo e era onde as famílias de classe média alta matriculavam seus filhos. Por se tratar de uma escola de ponta com estrutura de alto nível e por ser ligada à igreja católica, contava com grande apoio internacional. Na observação de Oliveira os custos daquela escola deveriam ser caríssimos pois era toda particular e considerada de primeiro mundo.

No entanto, seu avô não mediu esforços em matriculá-la. Fátima observava que a escola era o sonho de toda família da região com um certo poder aquisitivo: mandar seus filhos para estudar no Colégio Colinense. Oliveira não sabia como seu avô pagava tudo aquilo, mas, manter os filhos estudando ali, dava um certo status. Na descrição de Fátima, era uma escola belíssima, mista, que recebia muitos estudantes de outras cidades. Havia um internato para moças e outro para rapazes, que não se chamava internato, mas Casa do Estudante – onde moravam as moças e ficava o refeitório.

Aqueles anos de estudos no Colégio Colinense, mais tarde, para Fátima fizeram toda diferença em sua caminhada e permanência na universidade. O Colégio proporcionou um ensino diferenciado como Oliveira lembrou em seu testemunho:

Recordo-me também como fiquei impactada com a Teoria da Evolução. Havia umas duas ou três páginas sobre a Teoria da Evolução em meu livro de ciências e eu achei aquilo maravilhoso. Quando a professora deu a aula eu já sabia tudo, porque li muito sobre o tema em outros livros da biblioteca da escola. Entender aquilo era fascinante. A Teoria da Evolução, sempre mexeu muito comigo. Desde então, compreendi que não era obra de Deus a existência do mundo. Tudo aquilo instigava-me. Desde então, estudo e leio tudo sobre o tema (CARNEIRO, 2004, p. 242)

Portanto, foi a partir dessas experiências que a genética tornou-se um hobby na vida de Fátima, da mesma forma a Teoria da Evolução que constitui dois capítulos do seu primeiro livro, *Engenharia genética: o sétimo dia da criação*. E foi muito prazeroso escrever aqueles capítulos, pontua Oliveira, pois segundo ela a

Teoria da Evolução é a maior revolução intelectual de todos os tempos, foi a separação definitiva da ciência e a religião, observa.

2.1.2 O Pioneirismo de Fátima Oliveira

Em sua trajetória de vida e em seu ativismo, Fátima Oliveira sempre esteve à frente, sendo pioneira, em várias atividades enquanto mulher, pesquisadora e publicações sobre genética, engenharia genética e a bioética propriamente que demonstra de fato, seu pioneirismo.

Foi fundadora da Associação Médica de Imperatriz e em todo tempo que residiu na cidade, fez parte da diretoria. No movimento de mulheres também sempre abriu caminhos pautando o feminismo e as discussões sobre saúde e outros temas voltados à situação da mulher. Participou da criação da União de Mulheres de Imperatriz, que não vingou muito depois que saiu de lá para morar em São Luiz, mas também realizou um evento importante sobre “A Mulher e a Constituinte”, já no período pré-eleitoral, também na Associação Médica de Imperatriz.

Chegando em São Luís em 1987, participou da União de Mulheres de São Luiz, época em que conheceu as integrantes do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Foi, segundo ela, momento que retomou contatos mais próximos com o Movimento Negro através do Mãe Andreza e, evidentemente, também com o Luizão, seu professor da faculdade.

Toda a movimentação naquele momento, a partir de 1987, é o período em que as mulheres negras começaram se organizar em âmbito nacional com maior visibilidade, ela já estava participando, afirma Fátima Oliveira. Quando se mudou para morar em Belo Horizonte, em fevereiro de 1988, com apenas uma semana na cidade, foi a uma reunião do Movimento Popular da Mulher (MPM). Eram mulheres que se reuniam preparando o Dia Internacional da Mulher, o 8 de Março daquele ano, Oliveira afirmava que já conhecia quase todo mundo do movimento de Belo Horizonte.

Depois, vieram as discussões da Constituinte Estadual, a Lei Orgânica da cidade de Belo Horizonte. Em todas essas atividades, Fátima Oliveira participava. Sendo eleita, em 1989, presidenta do Movimento Popular da Mulher, com um ano que estava morando na cidade.

Assim, com sua escolha para presidir o MPM, Oliveira afirma ser a primeira mulher negra a dirigir uma organização feminista no Brasil. Segundo ela, quando foi embora para São Paulo, em janeiro 1992, ainda faltava um ano de mandato para cumprir no Movimento Popular da Mulher. Em São Paulo, se integrou à União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo (UPMESP), lembra que já conhecia Sueli Carneiro, do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Valença-Rio e algumas outras mulheres do Geledés.

Voltando para Minas, participou de toda a mobilização para o I Encontro de Mulheres Negras e também da primeira reunião que discutiu a criação da Rede Feminista de Saúde. Fato inusitado, pois a discussão aconteceu debaixo de uma árvore, no XI Encontro Nacional Feminista, em Caldas Novas-GO, 1991. Em 1992, de volta a São Paulo, entrou para a Rede Feminista de Saúde. Na RFS, Oliveira lembra que se empenhou em sua construção, tendo sido da Comissão de Ciência, Tecnologia e Ética e da organização do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde (1997).

De volta a BH, em 1996, coordenou a Regional de Minas Gerais da RFS até maio de 2002. Desde 1996 integrou a direção nacional da Rede (Conselho Diretor). No 7º Encontro da Rede (Caeté, 2002) foi eleita Secretária Executiva para um mandato de quatro anos. Sobre ser pioneira em todas essas frentes, a primeira mulher negra a ser secretária executiva da Rede Feminista de Saúde, Fátima Oliveira lembra que:

Cada vez mais tenho uma visão crítica impiedosa sobre essa experiência, pois ela é uma experiência muito pesada. Essas marcas de ser a primeira nisso, naquilo outro, são cargas muito pesadas. Mas também tem de ser lembrada sempre, porque demonstra um caminho que uma mulher negra percorreu e uma porta que foi aberta, às custas de muito suor. Por exemplo, fui descobrir que eu era a primeira mulher negra a dirigir uma articulação do feminismo na América Latina quando eu dei uma entrevista à Coalition. Sou a primeira negra a chegar à secretaria executiva da Rede Feminista de Saúde. Sou a primeira negra que dirigiu uma instituição do feminismo no Brasil. Fui presidenta do Movimento Popular da Mulher em Belo Horizonte-MG. Também não me lembro de nenhuma mulher negra dirigindo uma instituição do feminismo no Brasil depois de mim. Refiro-me a organizações do feminismo que não são organizações criadas pelas mulheres negras. Sou a primeira negra a integrar o Conselho Diretor da RSMLAC (Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe), e olhe que a RSMLAC completou vinte anos em 2005 (CARNEIRO, 2005, p. 257).

A RSMLAC, observa Oliveira, realiza um trabalho grande e importante na América Latina e no Caribe, mas nela há poucas negras. A Mazé, Maria José de Oliveira Araújo, sempre teve uma visão muito crítica sobre isso: a Rede Feminista de Saúde ter um perfil muito branco.

A preocupação com a interiorização e com a presença das mulheres negras na Rede Feminista de Saúde era tanta que na gestão da Mazé foi criada uma “Assessoria para Assuntos da Mulher Negra”, para subsidiar o trabalho do Conselho Diretor. E, mais uma vez, Fátima Oliveira foi eleita para essa assessoria em um Encontro Nacional da RFS, em Pirinópolis, Goiás (1996).

Percebe-se então que Fátima Oliveira foi pioneira em todas as frentes que militou e, pelo seu comprometimento com as bandeiras que defendia, é possível afirmar que sempre se dedicou com muita responsabilidade. A sua gestão na área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde não deixa dúvida.

2.1.3 Fátima Oliveira como médica e bioeticista

Em Fátima Oliveira não é possível separar a sua vivência de bioética da sua prática médica em prol da população negra e a bioeticista, no entanto, para fins didáticos apresenta-se estes dois itens separadamente.

Em função disso, é possível traçar paralelos dessa diferença, pois, as ações pela saúde da população negra, no Brasil, envolve antes de tudo, levantamento de dados e estudos cujos procedimentos e protocolos diferenciados, para enfrentamento das patologias racial/étnica com prevalência na população negra, exige também olhares e procedimentos diferenciados.

O movimento que só começa ser orquestrado de modo mais organizado e visível, como um trabalho político e científico, na década de 1990. Conforme as observações de Fátima Oliveira, foi um trabalho realizado a muitas mãos, oriundas de diferentes setores, a saber: um número reduzido de pesquisadores(as) e ativistas anti-racistas que se apropriaram de saberes dispersos e, ao mesmo tempo em que desenvolviam suas sistematizações e análises, exerciam pressões políticas sobre as escolas de saúde e o governo brasileiro.

Percebe-se que não se tratava de grupo orgânico formado especificamente para pesquisar, estudar e a sistematização de conteúdos, embora sendo uma área de estudos e pesquisas necessárias e reconhecida, mas ainda em elaboração e,

desde o início enfrentando todo tipo de dificuldades e problemas. Também por se tratar da saúde da população negra, que vem desde a década de 1990 e ainda hoje, sobrevivido em meio a polêmicas.

Em todos esses movimentos com foco na saúde da população negra, sempre esteve relacionado à observância racial/étnica, por razões multifatoriais. De acordo com Oliveira, em todo processo e demandas apresentadas, com exceção da anemia falciforme, nenhuma outra doença até meados da década de 1990 teve o seu recorte racial/étnico reconhecido.

Um outro dado importante, segundo Oliveira, a partir das pressões exercidas, foi a publicação e a disponibilização na internet, em julho de 2001, do *Manual de Doenças mais Importantes, por Razões Étnicas, na População Brasileira Afrodescendente*⁴⁹ que, de certa forma oficializa e legitima o campo, por ser uma publicação do Ministério da Saúde.

Então foram, além do trabalho exercido como médica nos hospitais, o atendimento em consultório, plantões nos sábados e domingos, o cuidado com a família. Fátima ainda encontrava tempo para pesquisar, estudar e articular encontros e seminários onde eram pautados os temas da saúde e dos problemas da reprodução e saúde da mulher negra.

2.1.4 Fátima Oliveira bioeticista

Aqui aborda-se os primeiros contatos de Fátima Oliveira com a bioética. Antes, porém, de mergulhar no seu universo, Oliveira faz uma reflexão sobre a ética, afirmando que esta diz respeito à busca de consensos possíveis e temporários entre diferentes grupos sociais.

Para Oliveira, mesmo com toda diversidade existente, com diferentes hábitos, culturas e costumes divergindo na compreensão de mundos e nas perspectivas de futuro, ainda assim, estes grupos conseguem estabelecer normas de convivência relativamente harmoniosas em algumas frentes, capazes de desobstruir muros e construir pontes.

⁴⁹ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente* / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em < <https://bit.ly/2PeFLCt> > acesso em 13/01/2021.

Segundo a autora, com o distanciamento da antiga ética alicerçada no pensamento aristotélico e de um patriarcado superado, reintegrando sua prática consoantes aos problemas e valores contemporâneos, percebe-se seu rompimento com a religiosidade e consequente autonomia filosófica para empenhar-se em responder conflitos laicos do dia-dia das pessoas, bem como ajudar a desenhar normas e compromissos capazes de delinear, dentre outras coisas importantes, a não extinção da espécie humana.

Dessa forma, essa “nova cara” assumida pela ética no campo das ciências biológicas e áreas afins, denomina-se bioética, significando etimologicamente, a ética da vida. Foi, portanto, dessa forma que Oliveira concebeu a bioética, cujo objetivo geral seria a busca de benefícios e da garantia de integridade do ser humano, tendo como fio condutor o princípio básico da defesa da dignidade humana.

Isto é, os “assuntos quentes” ou prioritários com que a bioética deveria se ocupar atualmente e que ela chamou de direitos reprodutivos, seriam: “Concepção, contracepção, esterilização, aborto, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas conceptivas, sexualidade, acesso aos meios de manutenção da saúde e da vida, saúde pública, doentes terminais, eutanásia e as manipulações genéticas” (OLIVEIRA, 1997, p. 47).

Ademais, a bioética além de um movimento social voltado à ética nas ciências biológicas e áreas correlatas, deveria ser também, segundo a autora, uma disciplina norteadora de teorias para o biodireito e para a legislação, com finalidade de assegurar mais humanismo nas ações do cotidiano das práticas médicas e nas experimentações científicas que utilizam seres humanos.

Contudo, essa dupla face entre disciplina e movimento social e Movimento Bioético, poderia conferir à bioética a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, uma reflexão que impactaria sobre as implicações sociais, econômicas, políticas e éticas dos novos saberes biológicos e ação com objetivo de estabelecer um novo contrato social entre sociedade, cientistas, profissionais de saúde e governos, sobre os problemas do presente e as perspectivas de futuro.

Tal contrato aconteceria de forma que, em resposta às sociedades contemporâneas, a bioética de Fátima Oliveira, pela amplitude da sua transdisciplinaridade, poderia funcionar como suporte de enfrentamento às práticas

racistas nas relações com pacientes no que tange ao atendimento e trato na saúde pública.

Ao relatar suas atividades e militância, Oliveira mais uma vez afirma que nunca quis ser professora, pois as coisas de que sempre tomou conta ou que estiveram presentes em sua vida foram as participações em eventos, tais como seminários e encontros cujos temas recorrentes foram o feminismo, a saúde da mulher e políticas públicas com foco na saúde da população negra. Em seu depoimento a Sueli Carneiro (2004), Fátima declarava:

Desde 1996 trabalho no Hospital das Clínicas da UFMG, e sempre que abre vagas para professores de Clínica Médica, alguns colegas perguntam-me porque não tento ser professora. E ficam surpresos quando digo que nunca quis ser professora. Para mim, optar por ser professora universitária seria uma decisão de largar a militância como eu faço e gosto de fazer. Ser professora prender-me-ia num só lugar o tempo inteiro. Sempre achei que como professora universitária jamais poderia fazer as coisas que faço, do jeito que quero, preciso e gosto, quer no feminismo, no movimento negro e na bioética. Transito bem nessas três áreas e dou conta de ter uma presença política e teórica consistente e grande (CARNEIRO, 2004, p. 259).

Entretanto, quando se refere à sua escrita e produção científica, surpreendentemente revela que não compreendia que o conhecimento e domínio que tinha sobre biologia, tecnociência e genética pudesse servir como aporte teórico no campo da saúde reprodutiva da mulher e da saúde da população negra e nunca se aventurou fazê-lo. Pois, Oliveira afirma que deve muito ao incentivo de Elza Berquó⁵⁰, porque antes de conhecê-la não tinha escrito nada sobre o tema. Mesmo com o domínio que sempre demonstrou em suas palestras, debates, defendendo suas posições e seus conhecimentos, como relata a Carneiro:

Trabalho com questões que são muito novas e que aparentemente são muito difíceis para quem não tem uma base científica sólida para abordar. Porque tanto a saúde da população negra quanto essa parte da genética, de bioética, um olhar bioético sobre a genética, as coisas novas da genética, elas exigem um conhecimento muito sólido de genética, básico e sólido, porque quem não possui tal conhecimento, não tem como especular,

⁵⁰ Membro fundadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, em 1969, e Coordenadora do Núcleo de População e Políticas Públicas. Fundou o Núcleo de Estudos da População, NEPO da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, tendo sido sua coordenadora entre 1982 e 1994. Em 28 de janeiro de 2014, a Resolução GR 03/2014, da Reitoria da Unicamp, publicada no DOE-SP, alterou a denominação do Nepo/Unicamp para Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó". Disponível em < <https://bit.ly/32EwCWR> > acesso em 02/12/2020.

como fazer análises filosóficas e políticas em cima dessas questões. O que eu apporto de novo é um olhar feminista e antirracista sobre todas essas “coisas novas” das biociências e na instalação desse campo novo de assistência, de pesquisa e de estudo, que é a saúde da população negra (CARNEIRO, 2004, p. 258).

Com esses posicionamentos Oliveira assegura a quem acha que as coisas da genética são muito complexas: não procede, pois a genética, na sua visão é absolutamente simples e nela não há nada que corrobore o racismo, a eugenia, mas são as interpretações que produzem os desvios que os diferentes atores dão de acordo com suas ideologias e interesses.

Quanto a isso, não trata de uma postura anticiência, e nem advogar pela neutralidade dela, assegura Oliveira, mas, refere-se a fatos comprovados e leis da genética, que não autorizam nada disso, porém é o olhar que lançamos sobre elas que possibilita interpretações racistas.

Até hoje, não há nada, todas as suas reflexões teóricas e todas as análises que possamos fazer sobre as leis básicas, sobre as novas descobertas não possibilitam, à luz da genética, conotações discriminatórias. Para tanto, Oliveira desafia qualquer pessoa a pegar qualquer coisa da genética que corrobore teses racistas ou eugenistas.

Daí então a reafirmação categórica de que é necessário ter domínio dessas questões básicas, porque, se há uma coisa que se recicla muito, é o racismo científico, afirma. Assim, na conversa com Sueli Carneiro, diz que os seus estudos e aprofundamentos nos conhecimentos das leis da genética possibilitou ter uma outra visão e consciência sobre o assunto, revelando:

Penso hoje que o meu maior interesse pela genética sempre teve muito a ver com a questão racial. Não era explícito no começo, mas sempre entendi que um campo novo estava se gestando na área da genética, que era a engenharia genética, e que ela podia ter decorrências políticas desastrosas do ponto de vista da discriminação (CARNEIRO, 2004, p. 263).

Nos seus primeiros escritos Fátima Oliveira lembra do seu envolvimento político partidário, seu contato, ainda no Maranhão, com o PCdoB. Segundo ela, no Partido havia uma coisa muito interessante, antes de cada congresso instalava-se uma Tribuna de Debates, que circulava durante quatro a seis meses antes do Congresso, onde qualquer pessoa filiada podia enviar para a Tribuna de Debates até três artigos abordando qualquer assunto, em até 50 linhas.

Sentindo-se desafiada escreveu. Foi o primeiro artigo cujo tema tratava da *Engenharia Genética e Socialismo*, escrito em preparação para o 8º Congresso Nacional do PCdoB. Nesse artigo, já em 1992, Oliveira expressava sua preocupação e alertava que estava sendo gestado um novo campo, cujos temas do DNA e biotecnologia, relacionado com a engenharia genética, seriam temas que os comunistas tinham que se preocupar e fazia referência que esse era um debate adormecido no Movimento Comunista Internacional, desde a *Dialética da Natureza*⁵¹.

Então, após a escrita do primeiro artigo, Fátima recebeu o convite para escrever um outro que desse continuidade ao primeiro que tinha sido escrito em 50 linhas apenas. Escreveu, dessa vez mais extenso, com mais de trinta páginas cujo título *A vida é uma molécula de DNA manipulável*⁵².

E foi assim que Oliveira, demonstrando preocupação com a engenharia genética, se manifestava dizendo que a mesma “se estabelecera e abria caminhos desconhecidos para a história da humanidade, trata-se de um tema polêmico. Tudo indica que será o fio condutor da economia do século XXI. Essas linhas de pensamentos geram inúmeras especulações” (OLIVEIRA, 1995, p. 6).

Toda e qualquer especulação a esse respeito, observa a autora, direcionará nosso pensamento para discussões sobre conhecimento e poder, questões historicamente nas mãos das classes dominantes. Portanto, com essa visão e preocupação que Oliveira publica seu primeiro livro⁵³, por uma editora de renome abordando o tema.

Quanto à bioética, presume-se que Fátima Oliveira tivera acesso às primeiras publicações de Potter (1970-1971), e a partir dessas leituras e estudos

⁵¹ *Dialética da Natureza*. Durante o século XIX, o progresso científico e tecnológico trouxe importantes conquistas no campo das ciências naturais: o nascimento da química moderna, a teoria evolutiva de Darwin, as descobertas de Pasteur e outros do mundo microbiano. Nesse contexto, Engels procura com sua *Dialética da natureza* oferecer de uma só vez, ao marxismo uma concepção materialista da natureza, e às ciências um modelo filosófico a partir do qual se guiar. Disponível em < <https://amzn.to/3xkmy3c> > acesso em 02/12/2020.

⁵² Publicado na revista *Princípios*, nº 26, páginas 48 a 56 ago/out 1992.

⁵³ OLIVEIRA, Fátima. *Engenharia Genética: o sétimo dia da criação* – Ilustração Marcio Perassolo – São Paulo: Editora Moderna – 1995 – (Coleção Polêmica).

sobre genética e biociência começa desenvolver seus trabalhos nos indicativos da bioética, inclusive a escrita do seu segundo livro⁵⁴ publicado pela mesma editora.

Sobre seu trabalho e a importância dos seus escritos, em seu depoimento a autora resume:

Eu acho que a originalidade do que escrevo, parte de uma base teórica sólida, pois lanço um olhar especulativo e reflexivo sobre essas questões. Assim, o campo de saúde da população negra sem uma base sólida de genética, com um olhar que demonstra um fatalismo, com um olhar que demonstra que genética é destino, não há como elaborar teorias para garantir os direitos das mulheres, os direitos dos negros e nem assistência à saúde e um campo de pesquisa que respeite a população negra. (CARNEIRO, 2004, p. 258).

De forma que sem esses pré-requisitos e certo domínio do tema é muito difícil, declara Oliveira, porque o campo de saúde da população negra é o único campo de estudo e pesquisa no Brasil que se pode afirmar, se estabeleceu fora da universidade, é um trabalho de muitas mãos e muitas cabeças, porém, fora da Universidade. E esta tem que beber da nossa fonte, assegura, a fonte criada pelo movimento negro, para trabalhar a saúde da população negra. Ou seja, não só os formuladores das políticas bebem nessa fonte como a Universidade também.

E mais uma vez Oliveira reconhece sua condição de pesquisadora, ativista das causas sociais, mas acima de tudo, fiel às tecnologias das áreas médica, biológica e da biociência, reafirmando categoricamente:

Ninguém sistematizou isso antes de mim no Brasil, infelizmente. Então a minha produção teórica é referência para quem quiser fazer qualquer trabalho nessa área. É uma fonte cuja origem, é, inegavelmente, o ativismo, pois embora eu seja uma intelectual reconhecida, não sou professora universitária, porque eu nunca quis ser professora. Sempre optei por fazer outras coisas, mas, paradoxalmente, o que eu faço mais hoje em dia é dar aulas, palestras, conferências, etc. (CARNEIRO, 2004, p. 259).

A partir de então, Oliveira⁵⁵ demonstra através das demais publicações que se seguiram sua preocupação com o feminismo, a sua luta antirracista, pela saúde da mulher negra. Observando que se a “maternidade ainda hoje é um tema sagrado

⁵⁴ OLIVEIRA, Fátima. Bioética: uma face da cidadania.- São Paulo: Moderna -1997 – (Coleção Polêmica)

⁵⁵ *Feminismo luta antirracista e bioética* - cadernos pagu (5) 1995: pp. 73-107.

o mesmo não se pode dizer da reprodução biológica humana, palco de realização de mil e uma intervenções biotecnológicas. Os filhos da ciência / bebês à la carte profanaram definitivamente o templo sagrado da maternidade!⁵⁶ (OLIVEIRA, 1995, p. 2).

Daí, a insistência de Fátima Oliveira em pautar a bioética nas discussões do movimento feminista. Mas, o debate das novas tecnologias de saúde reprodutivas da mulher, segundo ela, encontra resistência não só na bioética e entre os bioeticistas cuja predominância era masculina, mas também dentro do movimento feminista. No texto *Ideias feministas sobre bioética*⁵⁷, em carta, que ficou conhecida como “biocarta”, Oliveira faz convite aberto para algumas mulheres, para juntas, refletirem sobre bioética e feminismo e escreve nestes termos:

Escrevo-lhes para convidá-las a refletir um pouco comigo sobre feminismo e bioética. Explicitarei algumas das dificuldades que tenho percebido no movimento feminista em relação à bioética. Atualmente temos uma presença expressiva de mulheres na bioética, inclusive no Brasil. É inegável que a maioria das mulheres que está na bioética não são feministas. Mas é fato também que há uma corrente feminista na bioética. Até mesmo podemos dizer que há uma bioética feminista, todavia isso se deve mais à presença e à formulação teórica de algumas poucas feministas que atuam, em caráter pessoal, na área do que uma decorrência de que há no movimento feminista algum encaminhamento a respeito. Na América Latina, com destaque para o Brasil, são raríssimas as mulheres que “fazem bioética” que têm ligação orgânica com o movimento feminista. Parece-me que o mesmo é aplicável, de uma forma generalizada, a muitos outros países, ou a quase todos. Gostaria de saber o que pensam a respeito de feminismo e bioética? (OLIVEIRA, 2001, pp. 2-3).

Ainda, para que tomassem conhecimento das dificuldades em pautar bioética e feminismo nos grandes eventos, Oliveira cita três casos exemplares envolvendo as tentativas de introduzir a bioética com as demandas do feminismo e sua relação com as questões étnico/racial, reprodução biológica humana, saúde da mulher e da população negra, mas sem sucesso. Senão vejamos:

⁵⁶ *Por uma bioética não sexista, antirracista e libertária*-1995. Ano 3346 2º semestre. Uma versão deste artigo foi apresentada no I Congresso de Bioética da América Latina e do Caribe em São Paulo 17 a 19 de outubro de 1995.

⁵⁷ *Ideias feministas sobre bioética*- Enviado como Relatório do projeto *Divulgação e Popularização da Bioética: Direitos Reprodutivos*. Coordenação: Fátima Oliveira. Entrevistadoras: Thereza Campanille Ferraz e Lívia Cristina Oliveira Ferreira. Patrocínio: Fundação MacArthur. Apoio: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). XIII Encontro Nacional Feminista - “O feminismo nos 500 anos de dominação: resistências, conquistas e perspectivas” (João Pessoa, 26 a 30 de abril de 2000).

1. VII Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, Cartagena, Chile, novembro de 1996. Não encontrei a palavra bioética nos anais (192 páginas), editado pela Comissão de Memória do Encontro, após duas leituras cuidadosas. **2. 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde.** Em 1997, quando da realização do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, 16 a 20 de março de 1997, Rio de Janeiro, Brasil, eu – que fui da Comissão Organizadora Nacional durante o 1º. ano da organização do evento e depois do Comitê Consultivo Nacional – não consegui aprovar a proposta de apresentação de dados do Relatório Final da pesquisa Bioética & Teoria feminista e antirracista: informações na grande imprensa/Direitos reprodutivos e genética humana, que realizei, em 1996, com o patrocínio da Fundação Carlos Chagas. Muito provavelmente porque o assunto não foi considerado relevante o suficiente para entrar na agenda, embora a justificativa da Comissão Organizadora tenha sido a de que o Brasil pedira inscrições, em um evento internacional, para muitos trabalhos, e na impossibilidade de espaço para tantas inscrições decidiram que seria uma “cota” de apenas um trabalho por entidade. Várias pessoas de minha entidade (União Brasileira de Mulheres) solicitaram inscrições antes de mim, então a atitude adotada foi dar a vaga para quem solicitara inscrição antes. (OLIVEIRA, 2001, pp. 3-4).

Quanto aos trabalhos apresentados no evento, Oliveira concordara com o critério estabelecido na escolha, pois, na sua avaliação foi democrático, embora injusto no ponto de vista político e das prioridades para o feminismo, considerando o aspecto das questões emergentes, pois deixou de fora o tema da relevância da bioética.

Inconformada com a desatenção da organização, Oliveira tece ainda críticas sobre o documento final do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde – (EIMS), denominado *A Declaração do Glória*, a palavra bioética não é mencionada, e isso, observa a autora, em um evento feminista que reuniu 566 mulheres provenientes de 58 países que traçou as linhas de ação prioritárias para o feminismo até o ano 2000! Também toda discussão seguia um texto base de Oliveira (1998)⁵⁸ apresentado para subsidiar a mesa redonda sobre *Gênero e Bioética*.

O terceiro exemplo apresentado por Fátima Oliveira, apesar de eixo específico e documento propondo recorte e discussões sobre bioética, também foram registrados problemas, vejamos:

⁵⁸ OLIVEIRA, Fátima. *Opressão de gênero, feminismo e bioética: algumas considerações para o debate*. Texto escrito para apresentação na mesa redonda *Gênero e Bioética*, promovida pela RAGCyT – Rede Argentina de Gênero Ciência e Tecnologia (Red Argentina de Género, Ciencia y Tecnología), 05/11/98, Buenos Aires, Argentina.

3. II Congresso Internacional Mulher e Saúde – Equidade de Gênero e Qualidade de Vida: desafios dos Novos Tempos Sociais. Rio de Janeiro, 19 a 22 de setembro de 1999. Apesar de ter como eixo um tema eminentemente bioético (Equidade de Gênero e Qualidade de Vida: Desafios dos Novos Tempos Sociais) e eu, na qualidade de consultora do evento, ter feito uma longa carta dirigida à Comissão Organizadora, há mais de um ano, ressaltando tal fato e que, portanto, a bioética deveria ser indicada como um recorte importante para todos os temas, além de merecer uma conferência, painel, mesa redonda, etc., tais considerações não foram suficientemente compreendidas. Para minha surpresa tivemos apenas uma “comunicação oral” denominada Ética, Saúde e Trabalho e um GT sobre Ética, Tecnologias de Saúde e Gênero, atividades importantes, mas no fundamental uma opção pelo chamado “generalismo ético”. Ou seja, uma opção de ignorar um campo epistemológico consolidado como a bioética, onde 90% ou mais dos temas mais polêmicos são os relativos à saúde e aos direitos reprodutivos. É no mínimo um paradoxo, pois reflete-se sobre o campo, mas resiste-se em admitir que o que se faz é bioética! (OLIVEIRA, 2001, p. 4).

Diante dos fatos apresentados, Fátima Oliveira lembra que se referiu a três dos mais importantes eventos, que pode-se dizer de âmbito mundial, com discussões de caráter feminista de maior relevância do final do século XX, e todos realizados essencialmente com esforços e garra de mulheres ativistas feministas, mas que não conseguiram incorporar a bioética enquanto tal. Esses fatos evidenciam que as dificuldades que venho analisando são reais, observa. Ainda assim, não se dá por vencida e conclama, “convido-as a refletirem mais comigo sobre tais questões” (sic). Pois diante dessa realidade Oliveira continua insistindo:

Nós, as feministas, que fazemos bioética não podemos dizer que estamos nos fóruns de bioética falando em nome do movimento feminista. Estamos lá apenas enquanto feministas e defendendo opiniões feministas. Assim como as feministas que não concordam sequer com a terminologia bioética não podem sair por aí dizendo que o movimento feminista é contra a bioética, ou até mesmo usar de diferentes artifícios (por exemplo, sair pela tangente do “generalismo ético”) para impedir que se discuta bioética, com o nome de bioética, em determinados momentos e espaços, já que o movimento feminista em nenhum dos seus momentos mais coletivos debruçou-se sobre o assunto. A bioética se estabeleceu no mundo e o feminismo não pode se omitir de participar dela. (OLIVEIRA, 2001, p. 5).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas em pautar a bioética nos grandes eventos, a autora em artigo com o título *Ignorar a bioética é um equívoco*⁵⁹, dirigindo-se às feministas, escreve dizendo: que desde agosto desenvolve um projeto denominado *Divulgação e Popularização da Bioética: Direitos Reprodutivos*,

⁵⁹ Publicado na revista *Presença da Mulher*, ano XIII, n. 34, p. 33-35, ago./set./out. 1999),

com objetivos a sensibilização de feministas para a reflexão e a ação em bioética, por compreender que se trata de um campo teórico e político no qual as feministas têm pouca presença.

A principal decorrência da ‘pouca presença’ feminista e a irrisória incorporação das questões pertinentes à opressão e à perspectiva de gênero na abordagem bioética, alerta Oliveira, é o fator que tem contribuído para que os bioeticistas tenham se referendado no mundo como as únicas pessoas habilitadas a dizer qual o melhor caminho, ou ‘o caminho menos pior’, em decisões éticas, inclusive naquelas nas quais as mulheres são as principais interessadas, isto é: saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Em outras palavras, os homens, via bioética, vêm retomando o poder de decidir sobre os corpos e a vida das mulheres!

2.1.5 Prática Médica de Fátima Oliveira e a Saúde da População Negra

Neste item trabalha-se a prática médica voltada para a saúde da população negra, pautado não só no conhecimento biológico humano, como sugere a chamada, mas com a especificidade que o tema exige. Para Oliveira, parte dos princípios básicos do relacionamento profissional de saúde-paciente envolve transmitir segurança e confiança para adesão a qualquer intervenção em saúde e, consequentemente, adesão às condutas descritas na receita.

Entretanto, Fátima Oliveira observa que a atenção inadequada à saúde e crueldade nas pesquisas podem ser provas inequívocas de racismo. Pois, de acordo com a autora, antecedem os estudos da genética a ideia e a procura de uma base biológica, genética, das diferenças de aparência entre as pessoas e isso, interfere nas relações sociais e profissionais na atenção à saúde.

Com o advento da genética molecular, querem instalar a ditadura do gene egoísta e provar que só os brancos possuem genes de “bom comportamento”. As médicas Nancy Krieger e Mary Bassett (2017)⁶⁰, assim se referiram ao problema: “O

⁶⁰ KRIEGER, N. & BASSETT, M. In: Racismo Estrutural e Iniquidades em Saúde nos EUA: Evidências e Intervenções – 2017 - apesar do crescente interesse em compreender como os fatores sociais geram resultados ruins para a saúde, muitos acadêmicos, formuladores de políticas, cientistas, autoridades eleitas, jornalistas e outros responsáveis por definir e responder ao discurso público permanecem relutantes em identificar o racismo como a causa raiz das desigualdades de saúde racial. Disponível < <https://bit.ly/3dIN66x> > acesso em 15/12/2020.

paradigma de uma base genética que explique a má saúde dos negros continua sendo poderosa(...)" (OLIVEIRA, 1995, p. 109).

Por trás desse paradigma está o posicionamento ideológico. Para entender a razão da persistência da busca do modelo genético devemos apontar o seu significado político, mais que seu conteúdo científico, sugere Oliveira.

Para tanto, se faz necessário aferir, objetivamente as condições de saúde da população afro-brasileira, visto que os estudos que devem proporcionar evidência causal são escassos ou inapropriados. A ausência de registro e/ou a insuficiência de quaisquer critérios de classificação sobre "raça" ou etnia permeiam a relativa falta de conhecimentos sobre tais aspectos no nível da população. A importância política do saber sobre as condições de vida e de saúde desse importante segmento da população está condicionada à existência de informações e à forma como as mesmas são registradas e/ou coletadas.

Logo, não se pode desconsiderar medir as condições sociais e materiais de vida da população negra. Há que se observar, entre outros fatores, como local e condições da moradia (perfil dos domicílios), condições de trabalho (ocupação e renda familiar), acesso às escolas, uma vez que todos estes fatores têm impacto nas relações e qualidade da atenção por parte dos serviços e profissionais de saúde. E é nesse contexto das especificidades da saúde da população negra, que Oliveira questiona: qual é o papel da bioética?

Então, por conta disso, para a autora, cresce a compreensão nos meios científicos de que as imagens epidemiológicas necessitam incorporar a interpenetração das variáveis sexo/gênero, raça/etnia e classe social para retratar a realidade com maior fidelidade. Pois, ainda segundo a autora:

Esta tríade, precisa ser analisada considerando a vivência do racismo e as demais condições sociais e materiais nas quais a pessoa vive, além de ressaltar que a condição biológica não é mais ou menos importante, apenas indispensável quando tratamos do ser humano. Estamos, pois, "diante do desafio da necessidade de elaborar um novo paradigma capaz de explicar o que a 'ciência normal' do nosso tempo não tem conseguido" (OLIVEIRA, 1999, p. 22).

Isso, por tratar-se de um indicador/pista fundamental para o entendimento de agravantes ou atenuantes de doenças, possibilitando diagnósticos mais precisos e precoces e atenção adequada, sobretudo no caso de doenças denominadas

"raciais/étnicas", que concorrem para aumentar a morbimortalidade de homens e das mulheres em idade reprodutiva. Entre estas patologias estão, a anemia falciforme e doenças de componentes comprovadamente poligênicos - nas quais o recorte racial/étnico parece ser importante, como diabetes tipo II, miomas uterinos e hipertensão arterial.

Neste caso, esta dissertação se configura numa importante contribuição no sentido de denunciar o racismo atávico das práticas médicas no Brasil. Para a bioética, pode significar a abertura de um precioso campo de investigação. Talvez, seja o caso de se criar uma frente de estudos étnicorraciais, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, uma linha de pesquisa com foco na saúde da população negra, a partir dos referenciais de Fátima Oliveira, nos cursos de Bioética.

Pois, em seu artigo *Recorte racial/étnico e a saúde das mulheres negras*, mais uma vez Oliveira demonstra sua preocupação sobre o tema quando afirma:

Por paradoxal que possa parecer, a abordagem da saúde da população negra no Brasil só consegue se impor enquanto discurso. Isto é, só nos ouvem quando nos reportamos ao fato inegável que o marco das nossas reflexões e ações políticas em saúde nada tem a ver com a vida, mas com a morte, pois há fortes evidências de que encabeçamos as estatísticas de praticamente todas as mortes 'à-toa e antes do tempo', em todas as faixas etárias. Há maior crueldade e prova de racismo do que a desigualdade da população negra perante a morte, já que a mortalidade precoce de afrodescendentes no Brasil revela omissão dos governos, discriminação de classe e indiferença racial/étnica (OLIVEIRA, 2000, p. 99).

São dados que corroboram com a afirmativa de que no Brasil negros morrem mais precocemente em todas as faixas etárias, de causas que são preveníveis e evitáveis. Doenças como diabetes tipo II; hipertensão arterial; miomas uterinos; anemia falciforme; deficiência de glicose-6- fosfato desidrogenase; mortalidade infantil; mortalidade materna; síndromes hipertensivas na gravidez e mortalidade materna.

Diante desse quadro, há que considerar a criação de cursos, linhas de pesquisas objetivando suprir as lacunas levantadas em nosso estudo. Mas, acima de tudo, pressionar os órgãos gestores responsáveis para a implantação de programas e políticas públicas sérias e eficazes com foco nas especificidades das patologias recorrentes na população negra brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como constatamos, no Brasil não tem sido fácil o empenho e o trabalho para dar visibilidade às questões de saúde da população negra. Percebemos um amplo esforço e movimentos executados, alertando e propondo políticas públicas, em todo momento cobrança e insistência da observação na adoção do quesito étnico/raça cor nos procedimentos da relação médico paciente conforme a especificidade das patologias inerentes a essa população, porém sem sucessos.

Verificamos que, ao mesmo tempo que se realiza ações visando a construção teórica e sistematização, desenvolve-se também, por outro lado, a luta política e ideológica de oposição e resistência na manutenção do *status quo*.

Ao traçarmos a trajetória de Fátima Oliveira, seu envolvimento e ativismo, frente aos problemas de pobreza e vulnerabilidade social, constatamos o despertar e sua preocupação, ainda na infância, com a realidade da mortalidade infantil e a percepção dos grupos afetados, por tratar-se majoritariamente da população negra, desde seu Estado de origem.

O seu engajamento social tem início desde o curso secundarista, com seus dezesseis anos, quando adquire novas experiências e, segundo sua narrativa, se refere ao trabalho e convivência com as irmãs, freiras da paróquia no bairro de Fátima. Tratava-se de trabalho voluntário em atividades com a Pastoral da Mulher Marginalizada, o trabalho consistia em dar apoio às mulheres prostitutas, atendendo suas necessidades e a dos seus filhos, conseguir matrícula nas escolas, consultas e remédios quando adoeciam e até alimentação quando as mães não podiam trabalhar. Foi, portanto, onde teve seus primeiros contatos e início do aprendizado sobre o feminismo e a situação da mulher.

O seu despertar para a ciência, Oliveira lembra como fora impactada com as leituras sobre a Teoria da Evolução e a genética, temas que se tornaram hobby em sua vida. Experiências que mais tarde serviriam de base para as produções científicas e sistematização teóricas cujos dados apontaram levantamentos das:

Doenças e/ou condições nas quais o recorte racial/étnico relativo à população negra no Brasil já estava estabelecido. Situações tais como mortalidade precoce de afrodescendentes no Brasil; diabetes tipo II; hipertensão arterial; miomas uterinos; anemia falciforme; deficiência de glicose-6- fosfato desidrogenase; mortalidade infantil; mortalidade materna; síndromes hipertensivas na gravidez e mortalidade materna; a raça como

barreira ao acesso às ações prioritárias na agenda de saúde reprodutiva; dados de estudos sobre a Lei de Planejamento Familiar; esterilização, cesárea e quesito cor; violência de gênero, recorte racial/étnico e saúde; além de outras doenças nas quais há indícios de incidência expressiva em mulheres negras, tais como câncer cérvico-uterino, e no conjunto da população negra, como a infecção por HIV/aids (OLIVEIRA, 2002, p. 91).

Todos os seus movimentos e engajamento, a partir desses dados, a direcionaram às ações junto ao governo brasileiro dos anos 1990-2001, nas cobranças de respostas dessas demandas por serviços e políticas pública de saúde para a população negra. Período que culminou também na preparação para III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e todas as Formas de Intolerância Correlatas na cidade de Durban-África do Sul.

No entanto, os diálogos empreendidos e movimentações realizadas se mostravam infrutíferas, uma vez que até o ano da realização da Conferência-2001, as respostas foram poucas ou muitas delas ainda no campo das intenções escritas. Isto é, não concretizadas no cotidiano nas esferas de governo.

Até mesmo em relação ao programa idealizado e adotado pelo governo brasileiro, o Programa da Anemia Falciforme do Ministério da Saúde (PAF/MS), como uma política oficial do Estado desde 1996, que nascia com perspectiva de um programa nacional, implantado como piloto em Minas Gerais e discutido ainda com muita dificuldade, nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, não fora efetivado.

Destacamos também as reivindicações demandadas pelo próprio movimento negro brasileiro, que exigia respostas sobre saúde da população negra contido no Documento Alternativo do Fórum Nacional de Entidades Negras, 2001, quando apela para a Constituição Federal-1988, para lembrar que:

Em termos nacionais contamos com alguns dispositivos legais voltados para o direito à saúde, que consta na Constituição Federal de 1988, nos artigos 196 e 200, nossa principal referência. O artigo 196 estabelece que 'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'. A Lei Orgânica da Saúde, de 1990, corrobora com o texto constitucional ao dispor que 'a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício' (OLIVEIRA, 2002, p. 224).

Todavia, mesmo com esses dispositivos legais nacionais e internacionais descritos, observa-se que na execução dessas políticas públicas de saúde foi uma verdadeira encruzilhada, pois, as poucas ações que a gestão se propôs executar, tradicionalmente eram dissociadas das condições de vida da população alvo. Enfrentavam a realidade crescente das ameaças de privatização do setor e a desobrigação com relação à observância ao texto constitucional voltado para a universalização do direito à saúde e a garantia igualitária do acesso.

Entretanto, se faz necessário reconhecer que alguns setores do Ministério da Saúde se mostravam sensíveis às reivindicações oriundas dos movimentos da sociedade civil organizada, mas com retorno muito tímido. Um dos fatores importantes, com possibilidade de participação na área da saúde, foi o Decreto 1.844/96 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial-(GTI)⁶¹ que passou a atender reivindicações sociais, mas também com respostas incipientes para que seu impacto pudesse ser avaliado positivamente. De forma que, em relação aos anseios básicos no que tange a programa de saúde para a população negra, pode-se afirmar: em todo tempo prevaleceu a falta de sensibilidade e a recusa em incorporar propostas efetivas para a solução do problema.

Outro fator de suma importância, estabelecido como um marco, segundo Fátima Oliveira, foi o relatório produzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (1996). Mas, também lamenta-se que, depois de quatro anos, a partir das análises das propostas apresentadas, verificou-se que o Programa Nacional de Anemia Falciforme ainda não tinha sido efetivado, existindo apenas dois, o primeiro implantado em Minas Gerais e o segundo ainda em fase de discussão no Estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que tais programas estaduais foram resultados de disposições políticas locais articuladas e demandadas pela comunidade negra.

Não obstante, apesar das dificuldades e pouco caso dos gestores, há que se destacar o trabalho, empenho e o mérito de alguns membros da sociedade organizada que:

⁶¹ Artigo 4, inciso IV e VI da Constituição Federal de 1988. Disponível em < <https://bit.ly/3ncYR8p> > acesso em 03/03/2021.

reaglutinou pesquisadoras (es) de saúde da população negra que estavam dispersas (os) há mais de cinco anos e sem um espaço coletivo de trocas de experiências. Estimulou o Movimento Negro a retomar coletivamente a temática, para a realização da Pré-Conferência Cultura & Saúde da População Negra realizada em Brasília, 13, 14 e 15 de setembro de 2000, promovida pela Fundação Cultural Palmares e Ministério da Saúde, como parte das atividades preparatórias do governo brasileiro para a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerância (OLIVEIRA, 2002, p. 237).

Como as resoluções da Conferência foram reivindicações do Movimento Negro, o mesmo encontrou muita dificuldade imposta pelas esferas de governo que, desde os primeiros movimentos da preparação prévia até o momento de início da conferência, em agosto de 2001, não havia se manifestado a respeito, embora tivesse delegado à Fundação Palmares a responsabilidade de comandar todo processo de participação no evento.

Contudo, mesmo com todas as dificuldades impostas, pode-se avaliar como importantes os resultados dos trabalhos da pré e pós-conferência, que culminou nas publicações de vários documentos, artigos e livros que embasaram as discussões antes, durante e no pós Durban-2001. Dentre os quais destacamos o *Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001; Saúde da população negra : Brasil ano 2001 – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde-2002; A Batalha de Duban - Revista Estudos Feministas-S. Paulo-2002; Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde - Brasília: Funasa, 2005; Doenças falciforme: condutas básicas para tratamento/Ministerio da Saúde, Secretaria de atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada-1. ed., 1. reimpr.- Brasília: Ministério da Saúde, 2013; e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.*

O livro *Saúde da População Negra-Brasil, ano 2001*, adotado como principal referência na Conferência, publicado um ano depois do evento, nele Fátima Oliveira faz apontamentos e recomendações pós-Conferência, reafirmando considerações e aportes, propondo reflexões no sentido de debater a necessidade de formulação efetiva de políticas na assistência, na pesquisa e no ensino em saúde da população negra no Brasil. A autora se refere às conquistas e estratégias na área da saúde, já

respaldadas na Declaração e do Plano de Ação da PrepCon no Encontro do Chile (2000) e da própria Conferência de Durban (2001), sobre a condição genética, que reafirmava:

Reconhecemos que certas pessoas e grupos podem experimentar outras formas de discriminação baseada em seu gênero, idade, incapacidade, condição genética, idioma, religião, orientação sexual, situação econômica ou origem social, e que podem sofrer atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância. Destacamos e reafirmamos que se deve prestar atenção especial na elaboração de estratégias, políticas e programas para aquelas pessoas que podem sofrer múltiplas formas de discriminação” (Parágrafo 51, PrepCon do Chile, 2000).

Da mesma forma, os documentos alertavam e propunham aos Estados a adoção de medidas, visando o impedimento de pesquisas genéticas e ou o comprometimento que suas aplicações fossem usadas para combater “o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; para proteger a privacidade e informação contida no código genético pessoal e evitar que tal informação fosse usada com propósitos discriminatórios e racistas” (Parágrafo 73, Durban 2001).

Mesmo diante dos esforços empreendidos, do levantamento de dados científicos e análises da realidade conjuntural, ainda se verifica as barreiras impostas e as dificuldades de acesso aos serviços médicos de boa qualidade pela população negra. A adoção e observação do recorte étnico/racial/cor inexistem ou são escassas nos prontuários médicos. Assim, verificamos em nossos estudos, que os negros não tiveram, ao longo da história de desenvolvimento nacional, qualquer medida política que contribuísse diretamente para melhoria da sua qualidade de vida.

Daí a insistência de Fátima Oliveira em combater a estrutura do racismo na sociedade, cujos traços e características “negroides” geram o preconceito, com sérias consequências na segregação social e sanitária, que Oracy Nogueira definiu como “racismo de marca”. Isto é, para autor, “o preconceito ‘de marca’ determina uma preterição cuja rejeição se dá mais pelo fator intelectual e pelas características estéticas” (NOGUEIRA, 2007, p. 293).

Nesse sentido, cumpre-nos chamar à atenção para a firmeza de Fátima Oliveira em expor o que Oracy Nogueira atribui a Roy Nash⁶², como sendo o primeiro que observou a tendência do brasileiro à cegueira da cor da pele, para qual usou o termo “daltonismo” ao afirmar que o brasileiro é capaz de conversar com uma pessoa negra sem perceber que ela o é (NASH, 1926).

Esse fenômeno também foi observado por Michele Alexander⁶³, que usa o conceito “daltonismo racial”, no lugar de neutralidade, cegueira ou invisibilidade racial, exatamente pelo fato de que não existe uma invisibilidade racial, até porque a negritude é vista e percebida, entretanto, ignorada, deixada de lado pelos diversos setores sociais” (ALEXANDER, 2017, p. 1).

Portanto, pode-se afirmar que Fátima Oliveira sempre observou e pressupôs que o olhar da ciência e entre os profissionais da área, tanto técnicos quanto seus colegas médicos, eram daltônicos em relação ao quesito étnico/raça cor, suas epistemes são cegas, não enxergam e nem percebem as consequências do racismo perverso e estrutural em nossa sociedade. Essa realidade é perceptível não só na área da saúde, mas também nas instituições de ensino, academias que em suas grades curriculares predominam, com raríssimas exceções, um olhar eurocêntrico.

Porquanto, não há como desconsiderar as repercussões da vivência estressante do racismo, ainda que cordial/sutil ou camuflado, na saúde física e mental das pessoas negras. Tal quadro inclui universidades que sem esse reconhecimento, não resgatará a incomensurável dívida da medicina e da epistemologia ocidental para com essa população etnicamente discriminada.

Quanto à personalidade pesquisada, médica, feminista, escritora e bioeticista Fátima Oliveira, foi sem dúvida a mulher que viveu além do seu tempo. Em sua trajetória, demonstrou o seu pioneirismo em todos os momentos de sua vida, que só reforçou sua fidelidade na busca dos ideais e comprometimento com sua práxis ancestral e o fazer bioético no Brasil, abrindo perspectivas epistemológicas para novos estudos e pesquisas pautadas nos seus referenciais sobre bioética e saúde da população negra.

⁶² NASH, Roy. In: *The conquest of Brazil* (A conquista do Brasil), 1926.

⁶³ ALEXANDER, Michelle. In: *A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitrimpo, 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitrmppo, 2017.

AZEVEDO, Eliane. **RAÇA: Conceito e preconceito**. São Paulo, Editora Ática, 1987.

CARVALHO, Regina R. Parizi. ROSANELI, Caroline Fila. **BIOÉTICA** e Saúde publica. Curitiba, Editoria CRV, 2016, p. 10.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado da Universidade de São Paulo-SP, 2005. Disponível em: < <https://bit.ly/3vcynH8> > acesso em 25/06/2020.

CARONE, Iray; BENTO, Maria A. Silva. **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6 edição-Petrópolis, RJ – Vozes – 2014 – (Coleção Psicologia Social).

FANON, Frantz **Conferência genocídio do povo negro e bioética**: uma questão antropológica. Disponível em < <https://bit.ly/2RWaODT> > acesso 23/06/2020.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979. Disponível em < <http://twixar.me/xZCK> > acesso em 04/05/2019.

CUNHA, Thiago; LORENZO. **Bioética global na perspectiva da bioética crítica**. Rev. Bioét. vol.22 no.1 Brasília jan./abr. 2014, p. 177. Disponível também em: < <https://bit.ly/3gB0gV3> > acesso em 02/06/2019.

DAMASCO, Mariana; MARIO M. Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro**: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil. (1975-1993). *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.1, pp.133-151. ISSN 0104-026X.< <https://bit.ly/3tQuZkW> > acesso em 10/06/2020.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO Adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul, reconhecendo como crime contra a a humanidade. 2001, p. 3. Disponível em < <http://twixar.me/gxw1> > acesso em 12/08/2019.

Declaração Universal sobre Bioética e Direito Humanos (DUBDH) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005). Disponível em < <https://bit.ly/2QTantN> > acesso em 16/04/2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, Mascara branca**. (Título original Peau Noire, Masques blancs); tradução Adriano Caldas – Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão; Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987.

FURTADO, Rafael N. CAMILO, Juliana Aparecida O. In O CONCEITO DE BIOPODER NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT - Conceito pelo qual ele entenderá as práticas, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. Disponível em < <https://bit.ly/3dKjeXv> > acesso em 06/12/2020.

GOMES, Nilma Lino. **Pedagogia da crueldade**: racismo e extermínio da juventude negra; Educ. rev. vol.34 Belo Horizonte 2018 Epub 23-Nov-2018.

HAMANN, E. Merchan; TAUIL, Pedro Luiz. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente** / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

HAMPATE BÂ, Amadou. **A noção de pessoa na África Negra**. Tradução para uso didático de: La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). La notion de personne en Afrique Noire. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros.

ENGELHARDT, H. Tristran, Jr. **BIOÉTICA GLOBAL**; O colapso do consenso. São Paulo: Paulinas: União Social Camilana – Centro Universitário São Camilo, 2012.

LESSA, Inês. Manual de **Doenças mais Importantes por Razões, Étnicas na população Brasileira Afro-descendente**. Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.123. Ministerio da Saúde-Brasília-DF, 2001. (p. 43-)

LIMA, Fátima, **Bio-necropolítica**: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 1970 (no.spe.): (p.20-33)

LOMBROSO, Cesare. **O HOMEM DELINQUENTE**. Tradução Antônio Roberto Hildebrandi; EDIJUR-Editora - Leme-São Paulo, 2020.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. 3. Ed n1. São Paulo, 2018.

MARTINS, Alaerte; TANAKA, Ana Cristina. Mulheres negras e mortalidade materna no estado do Paraná, Brasil, de 1993 a 1998- disponível em < <https://bit.ly/3qCz88q> > acesso em (21/09/2020).

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo-2ª edição-Belo Horizonte: Nandyala, 2002.

MOORE, Carlos. Entrevista concedida à (Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 4, n. 1, 2016 | 241).

MUNANGA, Kabengele, **UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA**; Palestra no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-Rio de Janeiro, 2003.

NASH, Roy. In: *The conquest of Brazil* (A conquista do Brasil), 1926.

NOGUEIRA, Oracy. (2007). **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, 19(1), 287-308. < <https://bit.ly/32OAeFC> > acesso em 22/03/21.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD-C de 2012 a 2016, divulgados pelo IBGE. Dados disponíveis em < <https://bit.ly/3tTc6xQ> > acesso em 08/12/2020.

POMPEU, Fernanda. **Fátima Oliveira dos 1000 Legados**-Portal Geledés – Disponível em < <https://bit.ly/3gwsnVw> > acesso em 04/05/2020.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira- UFC. 2005. 353f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2005. Disponível em < <https://bit.ly/32Kbtuj> > acesso 15/04/2020.

OLIVEIRA, Fátima. **A Ideologia racista chora**: o DNA ditador é uma miragem. Ideias, a luta contra o racismo na rede escolar. São Paulo: Fundo para o Desenvolvimento da Educação, 1995.

OLIVEIRA, Fátima, **Engenharia Genética**: O sétimo dia da criação, Ilustração Marcio Perassolo; São Paulo: Editora: 1995.- (Coleção Polêmica).

OLIVEIRA, Fátima. **Por uma Bioética não sexista, anti-racista e libertária**- ESTUDOS FEMINISTAS 331 N 2/95 - A Revista Estudos Feministas está sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional-1995- Disponível em < <https://bit.ly/3vgkl7d> >

OLIVEIRA, Fátima. **Bioética**: uma face da cidadania. Editora Moderna – Coleção Polêmica. p. 108, 109, São Paulo. 1997.

OLIVEIRA, Fátima. **Questão de saúde pública**. Publicado no Jornal *O Estado de Minas Gerais*, 22/09/1997, p. 4.

OLIVEIRA, Fátima. **Opressão de gênero, feminismo e bioética**: algumas considerações para o debate. Buenos Aires, Argentina, 1998. Mesa Redonda Gênero e Bioética. Rede Argentina de Gênero, Ciência e Tecnologia. Buenos Aires, Argentina, 1998.

OLIVEIRA, Fátima. **Oficinas mulher negra e saúde**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1998.

OLIVEIRA, Fátima. **O recorte racial/étnico e a saúde reprodutiva**: mulheres negras. In: COSTA, Sarah e GIFFIN, Karen (Orgs) *Questão de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fio Cruz/Ford, 1999.

OLIVEIRA, Fátima. . 2001 **NÓS, Mulheres Negras**: Diagnóstico e Propostas – articulação de organizações de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferencia Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância.

OLIVEIRA, Fátima. **ENSAIO O “estado da arte” da Reprodução Humana Assistida em 2002 e clonagem e manipulação genética humana**: mitos, realidade, perspectivas e delírios, inicialmente sistematizados como aulas, foram apresentados no Seminário Biotecnologia: implicações éticas e teológicas, realizado pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Brasília, 26 a 28/08/2002. Agora apresentados em formato de livro – Brasília: Ministério de Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da População Negra-Brasil** – ano 2001. Ministério da Saúde-Impresso no Brasil – Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Fátima. **Transgênicos**: o direito de saber e a liberdade de escolher. Belo Horizonte: Maza Edições, 2001.

OLIVEIRA, Fátima. **Feminismo, luta antirracista e bioética**. Cadernos Pagu (5) – UNICAM,- p. 74-76. São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Simone Born. **Manipulação genética e dignidade humana**: da bioética ao direito- Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em **Direito da** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2001.

OLIVEIRA, julvan. Moreira de. **A vulnerabilidade atinge especialmente negros e pobres**; entrevista concedida à universidade de Juiz de Fora MG– Campus Comunidade, 2020.

TEN HAVE, Henk A. M. J. O conceito de bioética de Potter. In: PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. ZANELLA, Diego C. (orgs.). **Van Rensselaer Potter**: Um bioeticista original. São Paulo: Loyola, 2018, pp.75-97.

TEN HAVE, Henk A. M. J. Guide N°.1 Establishing Bioethics Committees; by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 1, rue Miollis 75732 Paris, (2005, p. 10).

OYÈWÚMI, Oyèronkè. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento e revisão de Aline Matos da Rocha. Título original: *The invention*

of women: Making an African Sense of Western Gender Discourses Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. Disponível em < <https://bit.ly/3u1UMXz> > acesso em 15/11/2019.

PASCOAL, Istênio Fernandes. **Manual de Doenças mais Importantes por Razões, Étnicas na População Brasileira Afro-descendente**. Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 123. Ministério da Saúde-Brasília-DF. (2001, p. 70). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD-C de 2012 a 2016, divulgados pelo IBGE. Dados disponíveis em < <https://bit.ly/3qCaBA4> >. Acesso em 08/12/2019.

POTTER, V. R. WHITEHOUSE, P. J. **Bioética profunda e global**: para um terceiro milênio habitável. In: PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. ZANELLA, Diego C. (orgs.). Van Rensselaer Potter: um bioeticista original. São Paulo: Loyola, 2018, pp.200-205.

POTTER, V. Rensselaer. **BIOÉTICA**: Ponte para o futuro. Tradução Diego Carlos Zanella-Edições Loyola, São Paulo, 2016.

POTTER, V. Rensselaer. **BIOÉTICA GLOBAL**: Construindo a partir do legado de Leopold. Tradução: Cecília Camargo Bertalotti-Edições Loyola, São Paulo, 2018.

QUEIROZ, M. de S. **O paradigma mecanicista da medicina, ocidental moderna**: uma perspectiva antropológica. Rev. Saúde pública, São Paulo, 1986.

QUEIROZ, Ivo; SGANZERLA. Anor. **Genocídio do povo negro e bioética**: uma questão antropológica - [v. 10 n. 2 - filosofia africana: pertencimento, resistência e educação – edição especial](#)-2019. Disponível em < <https://bit.ly/3xm0G7N> > acesso em 06/12/2020.

RIBEIRO, Katiucia. **O Futuro é Ancestral**. Texto publicado em 19/11/2020 no Le Monde Diplomatique em parceria com a <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/> Disponível em < <https://bit.ly/3xkafnH> > acesso em 12/22/2020.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em < <https://bit.ly/3tT9TST> > acesso em 20/12/2020.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Tomo 1, op. cit., Editora : Imago Editora; 1ª edição - Edição comemorativa (2001) p. 55.

SANCHES, Mario; MANNES, Mariel ; CUNHA, Thiago Rocha. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética. [Revista Bioética](#) 26(1):39-46, 2018. Disponível em < <https://bit.ly/3tK6cil> > acesso em 20/12/2020.

SILVA, V. Uvanderson; SANTOS, J. Lima; RAMOS, P. Cesar. **Chacinas e as politização da morte**. Fundação Perseu Abramo, 2019. ISBN 978-85-5708-134-5. Disponível em < <https://bit.ly/3vfOwLH> > acesso em 06/07/2020.